



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JANDISON MOURA DA SILVA

MARIA THÉTIS NUNES:
UM OLHAR SOBRE A REVOLTA DE SANTO AMARO

SÃO CRISTOVÃO - SE
2015

JANDISON MOURA DA SILVA

**MARIA THÉTIS NUNES:
UM OLHAR SOBRE A REVOLTA DE SANTO AMARO**

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, como parte do requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof: Dr. Antônio Lindvaldo Souza

SÃO CRISTOVÃO - SE
2015

Dedico este trabalho a todos de minha família e em especial meu pai Jazon, minha mãe Gelvânia (*in memoriam*) e minha irmã Karine, que contribuíram para sua realização.

AGRADECIMENTOS

Alguns dias depois da grande perda de minha mãe encontrei em um caderno de anotações a seguinte frase do escritor Eduardo Galeano: *“Somos o que fazemos, mas somos, principalmente, o que fazemos para mudar o que somos”*. Fiz desse meu lema de vida e se hoje conquistei mais essa vitória, é por que tenho fé e creio no amor eterno. Por maior à distância, o nosso amor nos uni. Dedico essa vitória a minha mãe Gelvânia Moura da Silva eternamente viva em meu coração. Agradeço-te por toda minha vida!

Agradeço a Deus por me guiar na realização desse trabalho monográfico. Sem a força que o Senhor me deste não teria conseguido concluí-lo. Senhor Obrigado!

Agradeço a meu pai Jazon Valido da Silva que nunca mediu esforços para proporcionar meus sonhos e sempre mostrou-se muito feliz a cada passo que trilhava na minha vida estudantil. Obrigado por tudo!

A querida irmã Karine Moura da Silva. Sem sua ajuda, carinho e incentivo essa caminhada seria mais difícil e amarga. Amo você infinitivamente!

Agradeço também, a confiança e incentivo de todos meus familiares: avôs (ós), tios (as), irmãs, sobrinha, afilhadas, madrinhas e primos (as). Amo cada um de vocês!

Aos amigos da vida, Suy Anne, companheira de estrada que dividiu muitos momentos da minha vida estudantil cerca de dezenove anos e José Alisson, grande incentivador que sempre demonstra acreditar em meu sucesso. Valeu por tudo!

Agradeço especialmente ao professor Antonio Lindvaldo pela orientação no desenvolvimento desse trabalho, sem o seu auxílio, compreensão, atenção e dedicação, seria tudo mais difícil. Obrigado pela paciência!

Aos meus amigos de curso, Jessica Sousa, Christian, Myrelle, Saulo, Sofia... que desde 2010/02 vêm trilhando esse caminho árduo e prazeroso da graduação ao meu lado.

Obrigado amizade, pelos momentos divertidos que passamos juntos e pelo suporte que me deram no decorrer dos quatro anos e meio de graduação.

Agradeço em especial a minha amiga Mayara Oliveira de Jesus (*in memoriam*) que se foi ainda tão cedo aos braços do Pai. Obrigado May por sua amizade, atenção, carinho e por mim fazer tão feliz. Minha sorte é que sempre fiz questão de dizer-te o quanto de admirava, essa vitória é sua também. Saudades eternas...

Por fim, agradeço a todos os professores do Departamento de História, a Universidade Federal de Sergipe, aos amigos do Colégio Dom Luciano, do Esperidião Monteiro e da Escola Rural Flexeiras, da Turma do Busu, da Guarda Municipal de Santo Amaro, da Escola Benedito Figueiredo. Obrigado a todos!

“O memorável é o que se pode esperar de um lugar”.

(Michaell Certeau)

RESUMO

A Revolta de Santo Amaro é um tema de grande valor histórico estadual e nacional. A revolta foi pesquisada por alguns historiadores e memorialistas sergipanos. O presente trabalho de conclusão de curso possui como objetivo central, analisar dois textos de Maria Thétis Nunes que falam sobre a Revolta de Santo Amaro, são eles: *Insurreição de Santo Amaro das Brotas – antecedentes*, publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe de nº 31, em 1992 e parte do livro *Sergipe Provincial I (1820 – 1840)*, publicado em 2000. Cujo pretexto primordial é examinar os fundamentos da orientação historiográfica, a partir das posições adotadas pela historiadora Thétis.

Palavras-chaves: Análise Historiográfica, Maria Thétis Nunes e Revolta de Santo Amaro.

ABSTRACT

The Santo Amaro Revolt is a topic of great state and national historical value. The revolt was researched by some Sergipe historians and memoirists. This course conclusion work has as main objective to analyze two texts from Maria Thétis Nunes which talk about the Santo Amaro Revolt, namely: *The Santo Amaro das Brotas Insurrection – antecedents*, published by the Journal of the Historical and Geographic Institute of Sergipe No. 31 in 1992 and part of the book *Provincial Sergipe I (1820 – 1840)*, published in 2000. Whose primary pretext is to examine the foundations of historiographical orientation, from the positions adopted by historian Thétis.

Key words: Historiographical Analysis, Maria Thétis Nunes and The Santo Amaro Revolt.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
PRIMEIRO CAPÍTULO.....	16
1.1 REVOLTA DE SANTO AMARO EM FOCO: CONTRIBUIÇÕES HISTORIOGRÁFICAS.....	16
SEGUNDO CAPÍTULO.....	32
2.1 THÉTIS E AS INSTITUIÇÕES: NUM PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E IDEOLÓGICA.....	32
2.1.1 ISEB.....	34
2.1.2 UFS	41
2.1.3 IHGSE.....	45
TERCEIRO CAPÍTULO.....	52
3.1 A REVOLTA DE SANTO AMARO SEGUNDO THÉTIS	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa iniciou a cerca de cinco meses, depois, do meu primeiro projeto de pesquisa não ter dado certo devido alguns problemas de viabilidade do mesmo. Foi nesse momento de decepção e angustia, que o professor Dr. Antônio Lindvaldo Sousa me sugeriu a temática aqui trabalhada. Confesso que aceitei sem nem mesmo pensar o tamanho da batalha que teria que enfrentar. E assim, seguir em frente, como fiz diante de todos os obstáculos que tive de ultrapassar em minha vida acadêmica na Universidade Federal de Sergipe.

O presente trabalho faz parte do objetivo final da Disciplina Prática de Pesquisa do curso de graduação em História, no intuito de conceder ao aluno o exercício da pesquisa histórica e da produção de seu conhecimento. É também verdade, que o trabalho aqui apresentado é resultado de um esforço de pesquisa conjunta, uma vez que, quando estamos em contato com outras pessoas acabamos por nos deixar envolver com as mais variadas opiniões e sugestões, a exemplo do professor orientador Lindvaldo Sousa, amigos do curso e da vida, que certamente contribuíram para a concretização dessa pesquisa.

O objetivo central que norteia esse estudo é analisar dois textos de Maria Thétis Nunes que falam sobre a Revolta de Santo Amaro. Embora verse sobre a revolta, é valido lembrar que não é um estudo da história da revolta, nem pretende discutir o acontecimento frente às condições básicas da explicação de seus fatos históricos. Pretende, sim, examinar os fundamentos da orientação historiográfica, a partir das posições adotadas pelos pesquisadores que estudaram a revolta e, sobretudo, sobre a escrita e posição de Thétis Nunes.

Conhecer Maria Thétis Nunes, através da leitura de alguns de suas obras históricas e de análises de alguns textos produzidos por outros pesquisadores sobre a mesma, é verdadeiramente, um desafio, tendo em vista se tratar de uma das mais influentes personalidades da historiografia sergipana.

A metodologia empregada na realização desta pesquisa é a análise historiográfica de textos produzidos sobre a Revolta de Santo Amaro e, sobretudo, os de Thétis. Entretanto, no corpo da pesquisa serão analisados outros textos que servirão como auxiliares para compreensão de nossa personagem objeto e temática trabalhada por nós.

As principais fontes utilizadas na realização dessa pesquisa foram os textos de Maria Thétis Nunes, *Insurreição de Santo Amaro das Brotas – antecedentes*, publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe de nº 31, em 1992 e parte do livro *Sergipe Provincial I (1820 – 1840)*, publicado em 2000. Outros livros que também foram utilizados como fontes secundárias, a exemplo, da biografia elaborada por Maria Nely Santos, intitulada de *Professora Thétis: uma vida*, entre tantas outras que foram utilizadas no intuito de que uma viesse a complementar a outra durante a nossa análise dos textos.

No despertar dessa pesquisa e já em contato com o objeto de estudo, as problemáticas por nós levantadas foram sendo respondidas e serão discutidas ao longo dos três capítulos deste trabalho. São elas: Quais historiadores já escreveram sobre a Revolta de Santo Amaro? Como cada escritor compreendeu a revolta? Quais motivos levaram eles a escrever sobre o assunto? Qual é o diferencial dos textos escritos por Maria Thétis Nunes em relação aos demais? Qual a importância da historiadora Thétis para a historiografia sergipana? Quais as instituições foram formadoras do pensamento de Thétis? E quais são as influências de Thétis ao escrever sobre a revolta? Como Thétis compreende a Revolta de Santo Amaro?

Levando em consideração todo material de pesquisa aqui estudado sobre a temática antes de começarmos a fazer um balanço do que será trabalhado ao longo dessa pesquisa, resolvi fazer um breve resumo do que foi a Revolta de Santo Amaro das Brotas. Afim de, apresentarmos o evento que nos propusemos a analisar através dos escritos de Thétis.

Sergipe, em 1824 já era uma das Províncias do Brasil, mas, só em 1825 aconteceu a primeira eleição para a Assembleia Provincial. Consolidando politicamente

Sergipe entre as capitanias do Império. O Período Regencial no Brasil deu-se início em 1831, com o golpe de abdicação de D. Pedro.

Nesse contexto, o processo eleitoral era marcado pela continuidade quase que “ditatorial” de um partido político. A maioria da população desprovida de bens ficava a margem da sociedade e conseqüentemente não tinham direito ao voto o que acabava por garantir a representação das minorias conservadoras, na maioria das vezes, os grandes proprietários de terra, cujo principal interesse, era a conservação do poder.

Diante dessa luta desenfreada pela busca do poder, as eleições, eram palcos das mais diferentes fraudes eleitorais. Um exemplo pertinente é a eleição geral para Presidente da Província sergipana em 1836, quando diante da derrota dos Corcundas frente a maioria dos votos a favor dos Liberais a apuração foi interrompida quando faltava apenas o Colégio eleitoral de Lagarto.

Em vista do resultado desfavorável à presidência falsificou-se a ata, pois citava 3.627 votos a favor dos candidatos conservadores o que resultava a favor dos conservadores. Objetivando depor o governo de Bento de Mello Pereira os santoamarenses elaboram um plano que eclodiu em uma revolta na vila de Santo Amaro das Brotas. Os Quartéis de Aracaju e Laranjeiras foram assaltados pelos rebeldes que roubaram munições e armas nos dias 15 e 16 de novembro de 1836. Foi requisitada por Bento de Mello a força armada, a guarda nacional e a policia de vários estados para conter os revoltosos sobre o comando do Cel. Sebastião Gaspar de Almeida Boto principal rival de Antônio José da Silva Travassos que era contrario a política de mandonismo local e o líder dos revoltosos de Santo Amaro.

Nesse contexto, a Vila de Santo Amaro era considerada a mais prospera do Contiguiba devido o seu desenvolvimento econômico e índices populacionais que possibilitavam o escoamento do açúcar, principal produto comercializado. Entretanto, com o desenvolvimento de seus antigos povoados (Laranjeiras, Maruim, Rosário, etc.) a Vila passava por dificuldades políticas e econômicas, visível, sobretudo, pelas tentativas de

mudança da sede da Vila para a povoação de Maruim por quatro vezes e a limitação dos seus quarenta engenhos em 1808 a apenas nove em 1838, período final da insurreição.

Em 20 de novembro a população insurreta da Vila de Santo Amaro, berço dos liberais, atacaram a Vila de Rosário do Catete no intuito de combater o líder conservador Cel. Sebastião Boto. O ataque ao quartel de Boto fez com que o mesmo se retirasse do local sem oferecer resistência. Posteriormente, retornado a Vila os rebeldes incorporaram novas forças para atacar a Vila de Laranjeiras. Contudo, foi realizado uma conferência no acampamento montado pelos rebeldes próximo a sede de Laranjeiras para que se realizasse uma mediação entre os líderes dos legalistas e rebeldes. Ambos se comprometeram, os conservadores se comprometeram em realizar uma nova apuração da ata do Colégio eleitoral de Lagarto e os liberais se comprometiam em depor suas armas. Assim sendo, as forças rebeldes retornaram para Santo Amaro, no entanto, os rebeldes foram acusados de infringir as regras antes estabelecidas pelo pacto firmado depois da tentativa de novo assalto, agora a Vila de Maruim.

Com isso, iniciou-se um cerco a Vila de Santo Amaro sob o comando de Cel. Boto. Diante da invasão inesperada dos governistas, os rebeldes foram cercados, resultando em uma debandada dos santoamarenses. A Vila foi saqueada, mataram os feridos dos confrontos que permaneceram na sede. Os líderes rebeldes do partido liberal fugiram pra outras províncias e as tropas do governo saíram em retirada, deixando apenas um pequeno grupo para manutenção da ordem. Outro levante surgiu em Santo Amaro mais sem grande sucesso, inibido rapidamente pela presidência que ordenou novo ataque a Vila.

Esse período de tensão vai da uma trégua apenas em 1838, quando o ministro do Império Bernardo de Vasconcelos foi cumprimentado pela tranquilidade pública presente na Província de Sergipe e pelo restabelecimento da ordem. Militarmente os revoltosos de Santo Amaro saíram derrotados, entretanto politicamente os mesmos saíram vitoriosos com a anulação das eleições de 1836, em 09 de janeiro de 1837 pela Portaria do Ministro do Império.

Alguns estudiosos, afirmam que uns dois maiores legados da Revolta de Santo Amaro possivelmente são as novas denominações dos partidos políticos em Sergipe, os liberais chamados de “Camundongos”, e os governistas chamados de “Rapinas”, devido os saques e atrocidades realizados na Vila de Santo Amaro.

Sendo assim, depois dessa breve exposição dos acontecimentos que foram responsáveis por configurar o que hoje chamamos de “Revolta de Santo Amaro”, entendemos sua importância histórica para a história política sergipana e brasileira. Demonstrando então, o valor em queremos analisar textos sobre essa temática que ainda é tão pouco estudada pelos historiadores. Voltamos agora para a apresentação de nosso trabalho.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, resolvemos no capítulo inicial realizar um levantamento dos pesquisadores que estudaram a temática da revolta. Com isso, procuramos conhecer os mais diferentes tipos de abordagem sobre nosso objeto de trabalho, para que assim, pudéssemos analisar em contrapartida, o nosso. Foi feito um levantamento de obras que versassem sobre o assunto da revolta e posteriormente foram realizadas as dezenas de leituras para que se chegasse ao resultado esperado.

No segundo capítulo, optamos por compreender Thétis a partir de sua história de vida, mas precisamente, a partir das instituições que ela participou. Acreditando como outrora Michel de Certeau escreveu, ser as instituições as quais os indivíduos participaram as principais responsáveis pela determinação de seu perfil enquanto intelectual. Onde cada trabalho historiográfico representa antes de tudo o lugar ao qual foi produzido.

No terceiro e último capítulo, realizamos o objetivo que nos norteou ao longo dessa pesquisa, que foi realizar uma análise dos dois textos escritos por Maria Thétis Nunes que versam sobre a Revolta de Santo Amaro. Por acreditarmos, que ela foi responsável por escrever sobre um tema já trabalhado por outros, a partir de uma nova abordagem historiográfica.

Por fim se concluirá que este trabalho é importante por colocar em pauta um assunto que parece adormecido por um tempo dos debates historiográficos locais. Revelando assim, sua complexidade e necessidade de realização de novos estudos para uma maior compreensão do evento. Além é claro, de apresentar e reafirmar a necessidade de estudos que tentem demonstrar a variedade temática e principalmente o compromisso de Thétis com a escrita da história sergipana.

PRIMEIRO CAPÍTULO

1.1 REVOLTA DE SANTO AMARO EM FOCO: CONTRIBUIÇÕES HISTORIOGRAFICAS

Vários são os pesquisadores e historiadores que se debruçam sobre o estudo da Revolta de Santo Amaro/SE. Até a presente data, identificamos 23 obras que tratam sobre a temática estudada. Esse capítulo, pretende identificar parte dessas obras sempre levando em consideração o contexto em que foram escritas e principalmente, através de que aspectos e como a revolta é tratada nas obras analisadas. A maior parte das referências é de obras que tiveram uma tiragem escassa com pouco número de exemplares impressos, dificultando assim a busca dos mesmos.

Uma boa parte das referências foi encontrada na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe nos arquivos de documentação sergipana ou no setor de obras raras, além das, que estão arquivadas no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe no acervo digital ou no de documentação, geralmente artigos publicados pela Revista do IHGSE. Também, do acervo de professores e amigos que disponibilizaram alguns materiais, principalmente, os que tinham uma circulação mais restrita aos municípios por se tratarem de obras comemorativas, como foi a biblioteca particular do professor Antonio Lindvaldo Sousa.

Vale ressaltar, que são poucos os pesquisadores sergipanos que produziram sobre a revolta e os que produziram escreveram pequenos ensaios ou alguns poucos artigos publicados. Foi apenas encontrado um trabalho monográfico sobre o objeto estudado o que demonstra a necessidade de estudos que se detenham a esse tema que é de importância para a história sergipana.

Porém, esse esforço foi sem dúvida imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa. Foram feitos contatos com os mais diferentes e surpreendentes textos de escritores

dos mais conhecidos como Felisbello Freire, Maria Thetis Nunes, Francisco Antônio de Carvalho Lima Junior, Armino Guaraná e J. Pires Wynne, aos mais desconhecidos como Clóvis Bonfim, Janaina Cardoso de Mello e Joel Macieira Aguiar, entre outros que serão citados no decorrer deste capítulo.

Começamos por Antonio José da Silva Travassos este é considerado por muitos como um dos primeiros a escrever sobre a história dos sergipanos. O *Apontamentos Historiográficos e Topográficos sobre a Província de Sergipe* foi publicado pela primeira vez em 1875, no Rio de Janeiro pelo Instituto Topográficos do Direito. Este teve como objetivo de apresentá-lo ao Imperador D. Pedro II, no qual, se apresentava um panorama de várias informações históricas e geográficas, além é claro de citar, mesmo que de forma minoritária alguns aspectos da revolta que não passam de dez parágrafos.

Travassos é também autor do texto *Memorial Histórico da Política da Província de Sergipe*. Este escreve detalhadamente sobre os embates políticos na Província de Sergipe destacando o episódio da Revolta de Santo Amaro onde é notório o envolvimento pessoal do autor e sua subjetividade ao narrar os acontecimentos. O “Memorial” foi elaborado para ser entregue ao presidente da Província de Sergipe José Pereira da Silva Moraes, sem data, de publicação no IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil), no intuito de elaborar um panorama da Província sergipana.

Ambos os textos são essencialmente de história política, cujo autor narra sob sua própria ótica, por se tratar ele mesmo, de um dos líderes nos acontecimentos da Província, narrando fatos desde a Independência do Brasil, como no processo de Emancipação Política de Sergipe. Um homem de diversas facetas que se apresenta como membro conselheiro da Província, fazendeiro, proprietário de uma tipografia, tabelião e deputado provincial. A crítica ao sistema escravocrata está presente em seus textos. Travassos escreve sobre diversas temáticas, sobretudo, sobre a canalização dos rios sergipanos e da Revolta de Santo Amaro que é o nosso objetivo de estudo e que serviu de alicerce para a construção de todos os autores que se arriscam a escrever algumas linhas dessa temática.

Outro livro consultado foi o de Marcos Antônio de Souza *Memória sobre a capitania de Sergipe*. Esta obra foi oferecida ao Ministro e secretário de Estado dos Negócios estrangeiros e da guerra, Sr. Dr. Rodrigo de Souza Coutinho. Ela é dividida em oito capítulos que tratam cada um especificamente das vilas que formam a capitania. O texto é uma apreciação da Província sergipana e serve como um instrumento para compreender a população, economia, território e sociedade da capitania sergipana durante os primeiros anos do século XIX.

O autor reserva o sexto capítulo para apresentar a Vila de Santo Amaro que segundo ele, “é a mais famosa de toda Capitania” (SOUZA, 1908, p. 37), cuja

a freguezia de S. Amaro se estende por 10 leguas desde a barra da Cotinguiba até Japarutuba e compreende cinco mil e quinhentos habitantes, que vivem pela maior parte da planta de cana e manipulação do assucar em quarenta engenhos situados em toda sua vasta extensão. (SOUZA, 1908, p. 38)

No primeiro volume do livro de J. Pires Wynne, *História de Sergipe (1575-1930)*, o autor apresenta diversos aspectos da história sergipana, desde a vida social, a situação econômica e política de Sergipe, num longo período de tempo que vai de suas origens coloniais e avança até o período republicano, especificamente o ano de 1930. Wynne separa um capítulo de seu livro para narrar os acontecimentos que giraram em torno do que ele chamou de “Insurreição de Santo Amaro”. De leitura agradável, o autor narra e descreve os fatos a partir de um encadeamento de raciocínios que retratam as paixões humanas em suas lutas na busca de seus ideais.

Dentre os historiadores sergipanos, Felisbello Freire é um dos mais importantes do século XIX e início do século XX. Em seu livro *História de Sergipe*, publicado pela primeira vez em 1891 e reeditado em 1977, ele adota uma postura de datas-marcos da história estadual, priorizando acontecimentos de esferas administrativas e políticas. Ele

dedica um dos capítulos para discutir a temática da revolta, cujo título é *Governo da Regência. Revolução de Santo Amaro em 1836*.

Nesse capítulo, o autor, inicialmente, faz um panorama dos governos da província sergipana dividindo-os em dois períodos: o primeiro de 1831 a 1836, “que se caracteriza pela iniciativa do governo em promover o melhoramento da província, em defender os direitos do povo, em ampliar a instrução pública, em manter a ordem e a paz no seio da população, tão convulsionada pelos acontecimentos passados” (FREIRE, 1977, p. 284).

Já o segundo, que se estende de 1836 a 1842, é definido por ele como “um período de agitação, de paixões políticas, de assassinatos, de rapinagem, de desprezo da lei, de prepotência dos mandões” (FREIRE, 1977, p. 284). É justamente, segundo ele, a “Revolução de Santo Amaro”, acontecida em 1836, o divisor desses dois períodos que vão da instituição da paz à rebeldia do povo. Sendo assim, a “Revolução de Santo Amaro” aparece para o autor como “o último sintoma que o historiador apanha desse espírito rebelde, desse temperamento, dessas explosões de patriotismo, em defesa da causa pública. De 1840 em diante, o povo torna-se morno e parece que degenerado.” (FREIRE, 1977, p. 300)

Além de sua primeira obra, também destaca-se o volume *História Territorial de Sergipe* publicada pelo mesmo historiador, na qual, introduz aspectos sociais e econômicos para a análise da formação histórica, evolução política e territorial, com inserção e uso de fontes inéditas e farta documentação. Freire dedica algumas páginas de seu livro para mostrar questões entre Santo Amaro e Maruim, no que se diz respeito às divisões territoriais de Santo Amaro e o atentado ao direito de propriedade sofrido pela mesma em junho de 1833 que funcionaram como combustores para a posterior revolta.

A antiga Villa de Santo Amaro (O seu passado) foi título de artigo publicado por Freire em 1916, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Na mesma, o estudioso escreveu o texto como forma de agradecimento por ter sido eleito membro honorário desse Instituto e, também, como elemento fundamental para se conhecer a história

de sergipana. Nesse artigo Freire estuda a mudança da sede do município de Santo Amaro das Brotas para Maruim, como elemento de crise política da Província, evento esse responsável pelo acirramento das famílias sergipanas e de espírito revolucionário da antiga vila de Santo Amaro. Ainda segundo Freire, esta Vila foi por muitos séculos classificada como “ante-câmara” da capital, anteriormente dada a São Cristovão, por morar nela a elite da aristocracia sergipana, senhores de engenhos de açúcar, eminentes figuras da política sergipana e ser a sede do Partido Liberal.

Na mesma Revista do IHGSE Francisco Antônio de Carvalho Lima Junior publica um artigo denominado “*Revolução de Santo Amaro*” no qual ele conclui que

a revolução de 1836, portanto, não se pode dizer que tivesse sido improfícua, apesar de vencida. Ella alcançou o fim qua a determinou: - a nullidade das eleições de Deputados a Assemblé Geral, com a annullação do collegio eleitoral do Lagarto, a demissão do Presidente Bento de Mello Pedreira, representante official de uma olygarchia, a fundação do partido liberal, com idéas definidas, e a noção do patriotismo e amor á liberdade de um povo. (LIMA JUNIOR, 1914, p. 297-298)

Lima Junior ao escrever sobre a “Revolução de Santo Amaro” aproxima sua escrita dos textos literários com uma narrativa simples, encadeando os diversos acontecimentos através de uma trama que envolve o leitor. Seu texto é dividido em algumas partes com temáticas estabelecidas o que facilita o seu entendimento. Durante todo texto percebe-se que o mesmo baseou-se em diversos dados oficiais. Uma vez ou outra aparecem críticas as obras de Felisbello Freire e de Travassos.

Não se pode deixar de analisar para o desenvolvimento dessa pesquisa os embates que giram em torno da formação dos primeiros partidos políticos de Sergipe. Terezinha Alves de Oliva, por exemplo, escreveu o terceiro capítulo do livro *Textos para a história de Sergipe*, denominado como *Estruturas de poder que revelam parte desses embates*. Para autora, a política durante o período regencial foi marcada por momentos

violentos, manipulação dos resultados eleitorais e disputas partidárias. Esta observação da autora foi apresentada por Freire em *História de Sergipe*.

Essas disputas partidárias em si eram uma “tentativa de um controle local do poder e o controle externo, representante dos interesses dos financiadores da agroindústria açucareira em Sergipe” (OLIVA, 1991, p. 133) e poucas estavam pautadas, no melhoramento do cidadão em geral, sejam eles, da classe media urbana, escravos, índios ou do homem livre pobre.

E, segundo essa mesma historiadora, foi durante a Revolta de Santo Amaro - conflito eleitoral marcado pela violência- que aconteceram as mudanças de nome dos partidos políticos. “O Partido Liberal passou a ser chamado “Camundongo”, enquanto os camundongos chamaram o Partido adversário de “Rapina”” (OLIVA, 1991, p 135). Essas denominações não eram especificidades locais, eram tendências da política nacional durante o Império.

A *História de Sergipe* lançada pelo professor Acrísio Tôrres Araújo vem preencher, no momento de sua publicação, uma carência relativa a textos sobre o passado da terra sergipana. Nesse livro, o historiador realiza um panorama da evolução histórico política brasileira em suas várias fases, com enfoque ao Estado de Sergipe. Ele permeia esse enfoque com aspectos do desenvolvimento econômico e social desde o tempo de capitania até o ano em que o livro foi publicado (1977). As pesquisas desse livro foram realizadas através de documentos, tais como jornais, leis, cartas régias, decretos, mensagens e relatórios.

Em seu levantamento da história política, o historiador reserva algumas páginas para tratar do que ele chamou de “levante de Stº Amaro, no qual se deram lamentáveis cenas de sangue” (TÔRRES, 1967, p. 87) através de disputas “sub-políticas” que se tornaram a única preocupação dos administradores, caracterizando, assim, a ausência de segurança individual e pública. Inicialmente se processou a mudança da sede da Vila de Santo Amaro para Maruim e posteriormente a fraude eleitoral que desembocou na revolta dos santoamarenses.

Segundo Tôrres, o período da presidência do barão da Cotinguiba foi marcado pela insegurança, inquietação e perturbação da província que podem ser explicados por dois motivos:

Primeiro, neste ano, 1836, teve lugar a eleição para deputados a assembléia provincial, e, em seguida, foi o começo efetivo da vida político-partidária na província de Sergipe. Aquela primeira circunstância era, pela completa ignorância dos votantes e prepotência dos votados, uma inexaurível fonte de distúrbios, arbitrariedades e crimes nefandos. E, a outra, pelo espírito de vindita que levava os indivíduos à organização partidária, um instrumento de perseguição torpe contra aqueles que, por um resultado eleitoral adverso, ficassem à margem da situação política e administrativa. (TÔRRES, 1967, p. 91 e 92)

Outro livro, raro e muito procurado para pesquisa, é o *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*, de Armindo Guaraná. Este tem se tornado a principal fonte para se conhecer os sergipanos por meio de suas biografias. Estão contidos nesse dicionário mais de seis centenas de biografias de homens dos mais variados perfis sociais, como bacharéis, médicos, políticos e intelectuais, que servem para esclarecer diversos questionamentos que possam surgir no despertar de uma pesquisa, seja ela acadêmica ou não.

Este trabalho pioneiro do autor é de importância para esta pesquisa, pois nos ajuda a desvendar e montar o quebra cabeça dos diferentes personagens presentes no objeto de estudo, a exemplo, de contribuir com um arsenal maior de informações biográficas dos principais líderes da revolta de Santo Amaro, descritos por ele.

Antonio José da Silva Travassos, Comendador – [...]Experimentado homem de ação, a quem nunca intimidaram as partidas arriscadas, foi ele a alma do movimento sedicioso de 1836, em Santo Amaro. Tendo figurado no período histórico da regência e do segundo reinado, o seu fino espírito de observação habilitou-o a conhecer perfeitamente os homens e os fatos de Sergipe, cuja história política foi o primeiro a esboçar. (GUARANÁ, 1925, p. 45)

Sebastião Gaspar de Almeida Boto, Comendador – [...]Chefe de eminentes qualidades, não somente levantou um partido fortemente aparelhado para os prêmios políticos, como criou em torno de si um vasto círculo de verdadeiras dedicações que se foi alargando à medida que se estendia por toda a província sua poderosa influência. (GUARANÁ, 1925, p. 476)

Conforme os textos supracitados acima, Armindo Guaraná apresenta o perfil de Travassos e Boto, que são os principais líderes da revolta. Essas informações são imprescindíveis para o estudo sobre o desenrolar da insurreição uma vez que a partir da trajetória de vida e laços políticos esses dois homens vão modificar a história política durante o Império na Província de Sergipe.

Dentre os historiadores que discutem essa temática, Clodomir Silva é um dos que durante a escrita do enciclopédico *Álbum de Sergipe* destaca como principal fato histórico, quando propõe-se em falar da cidade de Santo Amaro das Brotas a revolta de 1836. Segundo Silva, “vivendo a vida das pequenas povoações, Santo Amaro acompanhou suas coermãs da Capitania de Sergipe, soffrendo os revezes que as assolavam e pagando no quanto lhe permittiam as forças os gravames que lhe atiravam os governadores e reis”. (SILVA, 1920, p 274)

Todavia, é durante o ano de 1828 que acontece o primeiro “sopro de rebeldia e de agitação” (SILVA, 1920, p 275) nos habitantes da referida Vila, seguido por eventos em 1833, 1835 até a eclosão da revolta em 1836 depois da fraudulenta eleição acontecida em Lagarto.

É também encontrado nos textos do pesquisador Sebrão Sobrinho uma contribuição para a historiografia, principalmente para a história dos municípios. É autor de diversos artigos e textos publicados em vários jornais sergipanos que foram organizados por Vladimir Souza Carvalho no livro *Fragmentos de Histórias Municipais e Outras Histórias*. Os textos do autor possuem uma linguagem de difícil assimilação e uma organização da escrita pouco usada nas produções historiográficas do seu tempo. O mesmo foi alvo de críticas de alguns historiadores como Terezinha Alves de Oliva e Maria Izabel Ladeira. A

primeira diz que seu texto é caracterizado por preciosismos ou de neologismos e de citações literárias, já a segunda, considerou seu estilo como um pouco ortodoxo.

Entretanto, Sebrão Sobrinho quando escreveu sobre a história de Rosário do Catete, acabou dedicando algumas páginas a Vila de Santo Amaro, uma vez que essa foi dividida em alguns municípios, entre eles, Rosário. Segundo esse mesmo autor, esta cidade ficou com a maior parte do território. Ainda sobre essa situação, acrescentou: “porém isso era demais, Santo Amaro, rica e poderosa, não seria tão humilhada” (SOBRINHO, 2003, p. 122). Em seguida também comentou: “21 de janeiro de 1829, a sugestão, aliás, rejeitada, de ser transferida, de Santo Amaro para Rosário, a cadeira de Gramática Latina” (SOBRINHO, 2003, p. 120), tudo em virtude da disputa política empreendida por Sebastião Gasparde Almeida Boto contra Santo Amaro e, especificamente, a Antônio Travassos. Se posicionando a favor de Santo Amaro, esse mesmo autor justifica a invasão das tropas santo-amarenses a Rosário.

Para que não fugisse à fatalidade do determinismo histórico da tristeza ambiente, da penosidade mesológica, o ato da criação da Freguesia do Catete foi o rastilho de pólvora para o pavoroso incêndio de 1836, lavrado durante três meses, de setembro a dezembro, com a memorável revolução civil acoimada pelo povo de Guerras de Santo Amaro! (SOBRINHO, 2003, p. 127)

Outro estudo pioneiro e modelar foi o de Janaina Cardoso de Mello em seu artigo intitulado *A Pátria em perigo: a transferência do cartório de Villa de Santo Amaro das Brotas para a Villa de Santo Amaro de Maroim (Sergipe – 1835)*. Este texto discute a importância da luta simbólica pela legitimação da definição de “cidadania” e “patriotismo” de acordo com as conveniências de quem a requeresse. Estudando as “Fallas” do presidente da Província de Sergipe, Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, que denunciava a revolta da população frente à transferência de sua Câmara e Cartório de Santo Amaro das Brotas para Santo Amaro do Maroim, a pesquisadora procura demonstrar a cisão entre as elites políticas

que serviam como brechas para reivindicações populares e de setores abastados da sociedade sergipana via petições.

Segundo Mello (2011, p.186),

para o governo a cidadania se pautava no cumprimento dos deveres por cidadãos pacíficos e obedientes à lei, enquanto para os habitantes de Santo Amaro das Brotas, a cidadania configurava o respeito aos seus direitos assegurados por uma autoridade que só seria legítima se cumprisse a legislação que os protegia. Os habitantes acusavam o governo de usar interpretações distintas da lei para casos diferenciados ao extinguir vilas prósperas ou manter vilas menores em nome de interesses particulares que não perfaziam o “bem da nação” evocado pelo discurso governista. O governo acusava os cidadãos de incitarem desordens colocando a pátria em perigo. Eram debates de idéias que transitavam na documentação oficial e civil construindo o modo como os diferentes grupos da elite sergipana (os que estavam junto ao poder estabelecido em cargos decisórios e os que eram oposição ao mesmo) teciam sua rede de compreensão política do período.

Conforme as informações apresentadas pela autora, o conflito de interesses era evidente mediante as fragilidades das forças públicas com um governo sem unidade e a cisão entre as elites políticas. Criavam-se, com isto, reivindicações de diferentes segmentos populares e de abastados da sociedade em forma de petições. Essas petições contêm direitos abolidos de Santo Amaro. Para a autora esses conflitos serão elementos fundamentais para a revolta.

Outro livro consultado foi o *Traços da história de Maroim*, escrito por Joel Macieira Aguiar. O autor com intuito escreve esse livro para servir como o guardião da memória de sua terra. Seu texto se aproxima de crônicas sobre a cidade e a história do Gabinete de Leitura. Ele revisita os tempos áureos da cidade de Maruim e incluir observações sobre o Gabinete do qual ele mesmo foi funcionário. Seu livro, comemorativo aos 150 anos de emancipação política, é um roteiro de informações e um instrumento básico para a compreensão da história do município de Maruim.

Ainda sobre *Traços da História de Maruim*, é importante destacarmos como o autor deixa explícita a forma autoritária como aconteceu à mudança da sede da Vila de Santo Amaro para Maruim. O autor, a partir da citação apresentada no Jornal Comércio, de 12 de junho de 1933, de autoria de José Luiz Costa Filho, faz a seguinte observação:

Os testemunhos documentais e históricos da fundação de Maroim que pude encontrar e ler aqui e fora daqui, penetram-me da convicção em que estou e fico, até demonstração mais clara em contrário, de que foi de ordem exclusivamente facciosa, partidária, politicamente, o móvel, a causa que agitou a tenaz organização volitiva de José Pinto de Carvalho, quando aos doze de junho de 1833, fundava violentamente, por força da autoridade constitucional que exercia interinamente, de Presidente do Conselho Provincial ... Batizando-a com a acintosa denominação de “Vila de Santo Amaro de Maroim”, em doze de junho de 1928. (AGUIAR, 2004, p. 24)

Maria Lúcia Marques Cruz e Silva, escreve o *Inventário Cultural de Maruim* seguindo perspectiva parecida e apontada por Aguiar sobre a “Revolta de Santo Amaro”. Nesse livro Silva aponta várias informações sobre Maruim mostrando todo um corolário de informações sobre o aspecto econômico, cultural, social, político, literário e artístico da cidade de Maruim. É notório, que a autora realizou um esforço para garimpar muitos dados para a realização desse trabalho, e que ela assim fez em nome do seu “amor a sua terra berço”. Nessa busca de homenagear sua terra, apresenta nas primeiras páginas uma discussão sobre a formação da Vila, privilegiando os conflitos entre os “furiosos santoamarenses” e os “defensores de Maruim”. Notemos que sua paixão pela terra está presente em seu livro. É fato que a autora aponta o termo “furiosos santoamarenses”, fazendo uma referência clara a tomada da transferência da sede da Vila de Santo Amaro para Maruim, mostrando a insatisfação popular.

Dados Históricos sobre Santo Amaro das Brotas é um outro livro importante no arrolamento que estamos fazendo. Ele é escrito pelo memorialista João Sales de Campos. Este reconstrói a história de Santo Amaro desde o período de seu surgimento até a

contemporaneidade de seus escritos. Nele há temas relacionados a história e a geografia, perpassando por aspectos sociais, culturais e econômicos da cidade. Os dados históricos a que ele se refere em seu título são colhidos de vários autores sergipanos a exemplo de Clodomir Silva e Laudelino Freire, entre outros.

No que se diz respeito à revolta de Santo Amaro ele dedica boa parte de seu livro e a classifica como:

o último sintoma de rebeldia, de explosão e, podemos afirmar, de patriotismo, em defesa da causa pública na época do Império... Santo Amaro protestando de armas na mão, como fez, contra a fraude praticada pelo Governo da Província, por ser justa a sua atitude não ficou só, Sergipe inteiro apoiou o movimento que ficou chamado de Revolução de Santo Amaro das Brotas. (CAMPOS, 1972, p. 22)

Vale salientar que o escritor acaba por vezes a cometer equívocos, quando, por exemplo, diz que “Sergipe inteiro” apoiou o movimento, o que não é verídico. Entretanto, isso não desqualifica a obra. Existe, na verdade, um não distanciamento do escritor de seu objeto, evidenciando assim seu sentimento de pertencimento e defesa de sua cidade, como outros autores acima citados.

Filho de cidade, Jacinto Dias Ribeiro, é outro autor que contribuiu com o tema em apreço. Ele escreve o livro *Santo Amaro das Brotas: Diário de um santamarense*. O mesmo é um homem público que se reveste de escritor para brindar-nos com sua história. Como se estivesse a escrever um diário particular, o autor diz “uma modesta exposição de fatos ligados a atitudes minhas relativamente à terra natal” (RIBEIRO, 1945, p. 06). Na introdução ele deixa claro que se deixou historiar mesmo não sendo essa sua profissão e que por vezes faz uso de metáforas e se diz não “muito senhor da ortografia fonética” (RIBEIRO, 1945, p. 06), pois “não sendo letrado nem cientista, faltando-me por conseguinte atributos de escritor” (RIBEIRO, 1945, p. 05).

Seu livro assim pode ser classificado como um livro de memórias, de gente apaixonado pela sua terra, na mesma trilha de todo autor que não se afasta do seu objeto de estudo. Apesar de não ser contemporâneo da revolta, ele nos apresenta através de suas memórias e impressões o sentimento vivenciado pelo povo santoamarense frente o “arbitrio da força, nas coisas que dizem respeito à ordenação de bem comum” (RIBEIRO, 1945, p. 15), no discurso proferido pelo Padre Aurelio Vasconcelos de Almeida, pronunciado na Igreja da Cruz dos Militares em 17 de dezembro de 1944.

Segundo Ribeiro, a “Revolução de Santo Amaro das Brotas” é responsável por um novo ordenamento político em Sergipe.

Longe de ser uma reprovável sedição filha da anarquia, era a imolação da coragem de um povo à causa da justiça espoliada, a reposição da ordem, a repressão a fraude, por que não se pretendia com este levante desmoralizar a autoridade legítima, porém moralizar a lei esbulhada por quem deveria resguardá-la em sua dignidade e “onde falta a justiça, cessa a autoridade”, no ensinar de Leão XIII. (RIBEIRO, 1945, p. 15)

Outro autor que escreve sobre a temática estudada é Clóves Bomfim, um dos principais pesquisadores e memorialistas de Santo Amaro das Brotas. Sua missão parece ser a de se dedicar incansavelmente a estudar a história de sua cidade como se quisesse registrar através de textos históricos seu amor ao lugar onde nasceu. Dedicou um capítulo de seu primeiro livro *Retratos da História de Santo Amaro das Brotas* para tratar da revolta que como o próprio título já sugere um retrato de vários momentos históricos da cidade.

Bomfim ratifica os discursos apresentados pelos historiadores já citados anteriormente, onde para ele, a revolta foi consequência de desavenças políticas da história de Sergipe a partir da polarização de dois grupos que exerciam domínio notadamente sobre as relações públicas, pois era Santo Amaro um pólo de fortes ideologias políticas que foi responsável por mudanças na configuração da província.

Sendo assim,

a ‘Guerra de Santo Amaro’, cujo desfecho, mesmo não sendo imediato como se esperava, veio a acontecer nos últimos três anos da década de 30 do século XIX: 1837/1839. Não fosse isso, Santo Amaro, que se impôs à tirania dos poderosos pela habilidade de seus filhos e pelo poder das armas, não teria notoriedade no contexto histórico político do Estado. (BOMFIM, 2007, p. 150)

O escritor defende ser a revolta o momento em que a então Vila de Santo Amaro ganha destaque no cenário estadual, menosprezando toda contribuição da Vila desde seus aspectos econômicos e políticos anteriores a revolta. Já em seu segundo livro, *Haveres do século XIX* o autor apresenta uma maior maturidade em seus relatos e objetos de estudo principalmente no que se diz a contextualização e principalmente a ver no evento da revolta o estopim de um movimento já iniciados anos antes por causa da transferência da sede da vila para Maruim.

Para explicar à revolta, o autor opta por fazer uma leitura histórica principalmente a partir dos relatórios de todos os atos do Governo da Província de Sergipe, na Presidência do Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa no que acaba por demonstrar também uma participação popular na revolta.

Concluindo que

a semente da traição em seu governo no desenrolar daqueles fatos foi, a contento, citada por vários cronistas que trataram do tema, inclusive por seu contemporâneo, Antônio José da Silva Travassos, seu desafeto político, cuja influência foi decisiva para destituí-lo do poder, tal evento tinha como reflexo a fraude das eleições detectada em Lagarto, culminante para eclosão da revolução de Santo Amaro, em 1836. (BOMFIM, 2013, p. 96)

Para Bomfim, a causa da revolta não foi apenas a fraude das eleições na Vila de Lagarto, pois, Santo Amaro das Brotas já havia passado por diversos problemas frente as tentativas de transferência da sede da Vila de Santo Amaro para Maruim que haviam incitado a revolta do povo santoamarense contra os mandos e desmandos do governo provincial.

Nessa mesma perspectiva de entender a Revolta de Santo Amaro a partir das tentativas de extinção da Vila de Santo Amaro das Brotas é que a historiadora Maria Isabel Ladeira escreve o texto *Breve exercício de interpretação histórica sobre a revolta de Santo Amaro*, em que a autora se preocupou em fazer hipóteses e questionamentos sobre a revolta, enfatizando de forma breve as quatro tentativas de transferência da Vila de Santo Amaro nos anos de 1828, 1831, 1833 e 1835.

A monografia intitulada *A insurreição de Santo Amaro das Brotas: “Um povo insurreto”* foi um trabalho de conclusão de curso apresentado por Hélio Ferreira de Santana e Silvaney Silva Santos na Universidade Tiradentes em Sergipe. Esse trabalho analisa a Revolta de Santo Amaro através de leitura de alguns documentos inéditos e de análises de materiais impressos. Os autores têm como objetivo central mostrar a participação do povo na insurreição, contextualizando essa com os demais movimentos acontecidos na Província brasileira durante o Período Regencial e analisar o papel de Antônio José da Silva Travassos como principal líder popular na revolta. Desta forma, para Santana e Santos

a Insurreição de Santo Amaro, apesar da contribuição dada por alguns historiadores que estudaram este acontecimento, vem sendo até aqui vista como um acontecimento originado de uma fraude eleitoral, fato este que foi o estopim para a insurreição. Ainda há outros que vêem a Insurreição como uma simples briga entre Maruim e Santo Amaro. Porém, analisando alguns documentos como ofícios da Câmara e representações do povo de Santo Amaro, e as próprias fontes bibliográficas, percebe-se que esta Insurreição envolveu os fatores econômicos, políticos e sociais, visto que Santo Amaro em “meados de 1798, era a Vila mais populosa, e possuía mais de 60 engenhos de fazer açúcar. Já em 1802, Santo Amaro contava com 8.128

habitantes, enquanto a Capital, São Cristóvão, contava com 6.265 habitantes. (SANTANA; SANTOS, 2006, p. 33)

Diante do exposto no texto acima, os autores tentam quebrar o paradigma de que a revolta de Santo Amaro aconteceu apenas devido a fraude eleitoral e mostram que por trás disso existiam diversos interesses políticos e econômicos. Sendo assim, o povo santoamarense não ficou imune as arbitrariedades impostas pelo governo provincial, funcionários públicos, pequenos proprietários, trabalhadores livres e as camadas mais simples da sociedade, mostraram-se inconformados, protestando contra mandonismo local que mexia nos direitos de muitos cidadãos da Vila, “que embebidos pelas ideologias democráticas de liberdade viam tais medidas como uma afronta à honra e a vida dos seus habitantes, que viviam fundamentalmente da agricultura da cana-de-açúcar e de outros gêneros” (SANTANA; SANTOS, 2006, p. 37-38).

Por fim, vale destacar ainda, que temos no rol de textos sobre a temática da Revolta de Santo Amaro os textos de Maria Thétis Nunes que são nosso principal objeto de estudo e servirão de análise no terceiro e último capítulo dessa monografia, são eles, o artigo intitulado *Insurreição de Santo Amaro das Brotas- antecedentes* e o nono capítulo do livro Sergipe Provincial I: 1820/1840, com título de *A cisão da classe dominante: a Revolta de Santo Amaro*.

Para a realização desta pesquisa essas obras tornam-se essenciais para o cruzamento e associação com o objeto de análise, por mostrar uma diversidade de interpretações sobre a temática em estudo. Entretanto, não podemos excluir outras abordagens que ao longo da pesquisa vão fazer parte do trabalho no intuito de realizar uma melhor compreensão do objeto. Sabemos também, que o panorama aqui exposto não deve e nem pode servir como uma “camisa de força” para o desenvolvimento de outras pesquisas que possam surgir depois desta, mas com certeza esse levantamento bibliográfico é resultado de leituras e de dedicação à pesquisa do tema em questão.

SEGUNDO CAPÍTULO

2.1 THÉTIS E AS INSTITUIÇÕES: NUM PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E IDEOLÓGICA

A morte de Maria Thétis Nunes em 25 de outubro de 2009 significou para Sergipe a perda de uma intelectual dedicada à História, dona de uma numerosa e importante bibliografia, publicou diversos artigos em revistas e jornais e alguns livros, um recebeu prêmio nacional. De acordo com Ibarê Costa Dantas:

Se, na esfera do ensino, foi grande o seu contributo para a educação orientada para a ampliação da cidadania dentro dos parâmetros republicanos, não menos importante revelou-se como historiadora, voltada para a construção da identidade do sergipano. Depois de ensaios sobre legislação do ensino e a construção de nossa nacionalidade, após sua aposentadoria em 1993, intensificou as pesquisas e ampliou os estudos de História de Sergipe de forma sistemática e sequencial da Colônia até o início da República, produzindo a obra mais abrangente e mais importante da historiografia sergipana. Seu projeto era concluir seu último livro chegando até 1930. Nele trabalhava quando a morte chegou. Apesar disso, sua bibliografia é o maior testemunho de sua grandiosidade. (DANTAS, 2009, p.17)

Nunes nasceu em Itabaiana, no dia 06 de janeiro de 1923, filha de José Joaquim Nunes e Maria Anita Barreto. Se seu sonho era transpor o mundo além da Serra de Itabaiana, conforme algumas entrevistas cedidas a pesquisadores, sonho este, com certeza realizado, basta reservar algumas horas de estudo para conhecer sua vida.

Neste capítulo, não buscarei apresentar sua trajetória de vida, pois, outros já a fizeram. Queremos aqui, entender Thétis, enquanto, um sujeito que está contido dentro de

um sistema de relações sociais e não pode ser analisada e apreendida apenas a partir de suas atuações, história de vida. Mas, é indispensável, entendê-la dentro das instituições da qual ela participou, percebendo-a, dentro de uma configuração que envolve outros sujeitos, conflitos de interesse, lutas pelo poder, na busca pela legitimidade profissional e ideológica.

É nesse emaranhado de relações que busco compreender a professora e historiadora Maria Thétis Nunes, a partir das instituições as quais ela participou. Levando em consideração os principais “lugares” que foram responsáveis pela legitimação de sua ideologia e sua formação profissional. É sabido, também, que uma pessoa a todo tempo está se relacionando com diferentes pessoas e “lugares”, mas, nos coube a partir do estudo de sua vida elencar três “lugares” em que acreditamos terem sido os principais para a sua construção enquanto intelectual reconhecida nacionalmente.

Percebemos de certo modo que o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), a UFS (Universidade Federal de Sergipe) e o IHGSE (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe), foram os três “lugares” primordiais para sua formação humanística. Seja enquanto, estudante, professora ou assumindo um cargo executivo.

O primeiro, por ter sido um lugar onde estava presente a elite de intelectuais dedicada a estudar a realidade brasileira e foi responsável por ampliar sua formação marxista mesclada com uma tendência nacionalista. O segundo lugar foi o momento em que se dedicou as atividades docentes e propiciou a seu Estado uma inestimável contribuição cultural, regada por sabedoria, senso de responsabilidade e ética, marcando gerações de alunos. O terceiro marcou por ela ter assumido o comando de uma instituição, necessitando exercer uma postura mais ativa, empenhando-se na melhoria de suas condições, lugar onde se confirmou enquanto figura pública por décadas.

Antes de nos inserirmos em cada um desses “lugares” abro um parêntese para informar alguns outros lugares perpassados por Thétis, como Itabaiana (lugar de sua infância), Colégio Atheneu Sergipense (inicialmente aluna, depois professora e por fim como diretora), a Faculdade na Bahia (local onde fez sua graduação), Centro de Estudos

Brasileiros em Rosário na Argentina (exerceu cargo de direção do Centro de Estudos Brasileiros, por designação do Ministro das Relações exteriores), entre tantos outros países nos quais ela viajou ao longo de sua vida, que também foram importantes para construção do seu perfil humano.

2.1.1 ISEB

O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) torna-se elemento importante para analisar Maria Thétis Nunes. Contudo, não será no desbruçamento desta pesquisa que será realizado um exame da conjuntura de formação e atuação do instituto, em seus aspectos políticos e econômicos, embora não se negue as múltiplas dimensões (econômicas, políticas, culturais, ideológicas, etc). Para nossa análise, o espaço isebiano será entendido pela sua contribuição a nível ideológico, examinando-o em suas especificidades e própria dinâmica na construção da identidade da professora Thétis.

Para se compreender a participação de Thétis no ISEB não se pode deixar de fazer uma breve retrospectiva histórica do Instituto, levando em consideração que a mesma sofreu influência direta dos intelectuais que faziam parte do corpo docente.

A criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) se deu em 14 de julho de 1955 devido a reivindicação de alguns setores da vida nacional. O Decreto de criação nº 57608 foi assinado pelo então presidente João Café Filho, que assumiu a presidência depois do suicídio do Presidente Getúlio Vargas. O Instituto era ligado ao Ministério da Educação e Cultura e subordinado diretamente ao Ministro de Estado, composto fundamentalmente por três órgãos: Diretoria Executiva, Conselho Curador e Conselho Consultivo.

Segundo Toledo (1978), quando a criação do ISEB fazia parte do Conselho Consultivo cerca de 50 membros relacionados com atividades sociais ou estudos voltados para a política ou economia do País, cujos eram designados pelo Ministério da Educação e Cultura, o Diretor Executivo era Roland Cordisier.

Faziam parte do Conselho Curador: Anísio Teixeira, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Hélio Burgos Cabal, Helio Jaguaribe, José Augusto de Macedo Soares, Nelson Werneck Sodré, Roberto de Oliveira Campos e Roland Corbisier. Os responsáveis pelos Departamentos foram: Filosofia – Álvaro Vieira Pinto; História – Cândido Mendes; Sociologia – Alberto Guerreiro Ramos; Ciência Política – Hélio Jaguaribe e Economia – Evaldo Correa Lima. (TOLEDO, 1978, p. 185)

A criação da Instituição se deu pela necessidade do Estado em providenciar um “lugar” que se pensasse o surto de desenvolvimento do país durante o meado do anos 50 e início dos anos 60 do século XX. Apesar do debate desenvolvimentista já ser uma preocupação do governo desde antes, é durante o mandato do Presidente Juscelino Kubitschek que o ISEB alcança sua plena vigência.

Mesmo não estando presente no estatuto e nos regulamentos gerais do ISEB a expressão Ideologia do Desenvolvimento constituirá e estará presente em quase todas as suas publicações, compondo o momento de efervescência da ideologia nacionalista dos anos 1950.

Conforme o Regulamento Geral do ISEB,

o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (...) é um centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário que tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais notadamente da Sociologia, da História, da Economia e da Política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e a compreensão crítica da realidade brasileira visando a

elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. (TOLEDO, 1978, p. 32)

Sendo assim, o ISEB aparasse como um espaço que assessora, apoia e sustenta a política econômica definida pelo Governo Juscelino Kubitschek em seu Plano de Metas, funcionando como um laboratório de pesquisas da realidade brasileira que privilegiava trabalhos teóricos sobre o desenvolvimento nacional.

Entretanto, mesmo sendo subordinado e mantendo algumas relações entre o governo federal e o ISEB, o mesmo possuía uma relativa autonomia e liberdade de pesquisa e opinião, onde, a ideologia patrocinada pela Instituição tenta representar os interesses gerais da Nação. A divulgação das ideias elaboradas pela Instituição eram expostas através dos seminários de estudos, cursos, ciclos de conferências, pesquisas, entre outros veículos de divulgação, sempre com participação de vários setores da sociedade.

Ainda, conforme Toledo (1978), o ISEB vivenciou durante os nove anos de sua existência três fases. A primeira caracterizasse como de curta duração com posições ideológicas ecléticas e conflitantes, com presença de intelectuais de diferentes orientações políticas ideológicas baseadas no nacionalismo. Já a segunda fase, corresponde ao momento de “hegemonia” do pensamento nacional desenvolvimentista pautado nas políticas juscelinistas e luta pela liberdade cátedra. A terceira e última fase foi marcada pelos movimentos políticos de reformas de base, onde a perspectiva nacionalista encontrava-se atenuada e se traduzem em uma crescente “esquerdização”.

Porém, faz-se necessário destacar que tal ordenamento das fases aparece apenas como uma forma de situar alguns momentos centrais que prevalece na vida da Instituição. Com isso, essas divisões não podem servir como regras rígidas e claramente identificáveis, uma vez que, algumas características são facilmente encontradas em todas as fases ou períodos, como é o caso dos representantes do “nacionalismo-desenvolvimentista”.

Mesmo a maioria dos isebianos defenderem e proporem a ideologia nacional desenvolvimentista em voga naquele momento histórico

ao contrario do que se costuma pensar, o ISEB – embora criado para tal – não se constitui em simples porta voz das ideologias desenvolvimentistas governamentais. Igualmente não se pode concluir que a Instituição se prestou conscientemente a forjar e difundir ideologias das (e para as) classes dominantes (TOLEDO, 1978, p. 181)

Conforme a publicação supracitada, o ISEB não funcionou apenas como um simples porta voz dos grupos e camadas oficiais dominantes na reprodução de certa euforia desenvolvimentista de uma grande parte da intelectualidade, essas práticas políticas foram ultrapassadas devido tensões e lutas ideológicas no interior do próprio Instituto.

Em virtude do golpe civil militar, foi assinado o Decreto nº 53884, pelo Presidente provisório da Republica Paschoal Ranieri Mazzili, depois da deposição do Presidente João Goulart, em 13 de abril de 1964, foi extinto o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). A instituição foi considerada subversiva pelas forças militares, bem como setores civis a esta aliada, cuja sede foi destruída pelas “forças de segurança”.

Nesse contexto, o ISEB funcionou na vida de Thétis como um momento especial e singular em sua vida, pois foi uma oportunidade em que manteve contato com a intelectualidade brasileira, além de, realizar uma de suas ambições que era a conclusão do curso de especialização. A oportunidade se deu durante o governo de Leandro Maciel, em 1956, quando a professora já possuía destaque no cenário estadual, principalmente por ter ocupado a direção do Colégio Atheneu entre os anos de 1951 a 1954, também, em virtude de sua atuação no magistério, sobretudo, por ter sido uma das fundadoras da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e por causa de suas ideias presentes na imprensa sobre as políticas educacionais.

Segundo Maria Nele dos Santos (1999), o ISEB para os intelectuais funcionava como a Meca da pesquisa e do ensino dos problemas brasileiros.

como profissional, a professora universitária sentia grande necessidade de se aprimorar. Ambicionava sair do confinamento e da visão estreita locais para ir em busca de novos desafios, de novos conhecimentos da natureza da pesquisa criadora e das novas correntes de pensamento. (SANTOS, 1999, p. 41)

Thétis vivenciou o período de auge do Instituto e foi uma representante da intelectualidade sergipana, e consequentemente do próprio Estado de Sergipe. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros possuía inicialmente como princípio básico dar fundamentação ideológica ao governo federal. Entretanto, fica evidente que esse espaço conseguiu ultrapassar os muros projetados pelo governo e acaba passando a funcionar também, como um componente formador de sua ideologia devido a carga teórica com que conviveu.

Para Oliveira (1997), o ISEB significou para Maria Thétis Nunes como

um marco fundamental em sua formação, “o momento mais importante que poderia ter acontecido, pois o Instituto Superior congregava os elementos mais ilustres do pensamento cultural brasileiro”. Quando se refere aos “elementos mais ilustres” está se referindo ao trabalho realizado ao lado de figuras como Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira, Inácio Rangel, Hélio Jaguaribe e do grande companheiro Nelson Vernek Sodré. Esses intelectuais com uma visão progressista da formação brasileira e do mundo, não obstante, alguns terem a concepções antagônicas, marcariam efetivamente a produção historiográfica da Professora Thétis. Foi a partir desses contatos que ficou conhecida como “A marxista do ISEB”. (OLIVEIRA, 1997, p. 15)

Como citado por Oliveira, Thétis sofre influência de diversos intelectuais mais é de Nelson Werneck Sodré que a pesquisadora recebeu a maior das influências, principalmente no tocante a sua concepção marxista.

Nely (1999) também destaca que

desde os tempos do Colégio Atheneu e da Faculdade, graças a seus flertes com as idéias e leituras de cunho socialista, tornara-se adepta do marxismo, do materialismo histórico, enquanto teoria de emancipação social. No ISEB, a convivência com alguns professores – nomeadamente Nelson Werneck Sodré – contribuiu para definir e consolidar sua tendência marxista. (SANTOS, 1999, p. 52)

Ibarê Dantas escreve na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe um ensaio em homenagem a Thétis depois de sua morte e mais uma vez afirma a importância do curso do ISEB em sua formação intelectual, pontuando o ISEB como o local onde se

congregava uma elite de intelectuais dedicada a estudar a realidade brasileira. No Rio de Janeiro, ampliou sua formação de marxista mesclada com a tendência nacionalista. Aproximou-se de Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes e tantos outros, tendo oportunidade de escrever ensaio sobre a ideologia nacionalista dos pensadores sergipanos Manoel Bomfim e Sílvio Romero. (DANTAS, 2009, p. 16)

Nesse momento torna-se indispensável conhecer um pouco do perfil do intelectual Nelson Werneck Sodré e sua participação no ISEB. Um importante historiador nacional adotou uma estratégia de leitura crítica dos documentos a que se propôs analisar, partindo de um marco epistemológico marxista para interpretar os acontecimentos que configuravam a vida contemporânea. Defendia o poder de intervenção dos seres humanos na

vida social, econômica e histórica do homem pelo uso da razão, buscando compreender a história nacional pela luz do materialismo histórico.

Quanto a sua participação e Sodré no ISEB, foi responsável pelas conferências e aulas sobre a História do Brasil que buscava introduzir novas interpretações sobre a história nacional, criticando as formas descritivistas e apologéticas que eram tratados os personagens e acontecimentos arbitrariamente escolhidos como significativos na História dita como oficial.

Segundo Barros (2001, p. 58), “no ISEB por sua vez, há nítidas diferenças de concepção sobre o desenvolvimento brasileiro, sendo Sodré considerado, pela chamada esquerda radical, um moderado”. E continua afirmando que

em sua experiência de professor no mundo civil, Sodré vive as lutas internas dentro do ISEB, onde havia, além de divisão de projetos de Brasil entre internacionalistas (Hélio Jaguaribe e Roberto Campos) e nacionalistas que pugnavam por um país desenvolvido com capitais nacionais (Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto, Alberto Guerreiro Ramos, Ronald Corbisier), a gama de divisões dessa linha de pensamento, uma das quais considera um moderado (BARROS, 2011, p. 82).

Sodré consegue influenciar diretamente o perfil ideológico de Thétis de modo que ela seguirá seus ensinamentos durante sua passagem pelo ISEB. Uma demonstração clara desse relacionamento cordial está na publicação em 1962 do livro “Ensino Secundário e Sociedade Brasileira”, prefaciado por Sodré no qual ele relata:

destinguiu-se a professora Maria Thétis Nunes, quanto de seu estágio no ISEB, pela seriedade de seus estudos, pela dedicação ao curso e pelas condições que trazia de sua formação intelectual anterior, a excelente base que lhe serviu para alcançar rapidamente, e com segurança, o nível que levou ao seu aproveitamento no quadro docente do Instituto [...]

aparecendo como figura destacada nos quadros a que o ISEB deu a sua marca (SODRÉ, 1999 *apud* NUNES, 1999, p. 11).

E conclui assim afirmando

honra o ISEB o trabalho apresentado pela autora. É exemplo concreto dos resultados alcançados em nossos cursos. Exemplo feliz, em que influíram, evidentemente, as qualidades que fazem de Maria Thétis Nunes a ensaísta segura e clara que o leitor vai conhecer e apreciar (SODRÉ, 1999 *apud* NUNES, 1999, p. 13)

Sendo assim, fica evidente o quanto o Instituto e principalmente Nelson Werneck Sodré foi determinante para a sua formação intelectual, a partir de um maior amadurecimento teórico e crítico. Seu viés marxista está presente em suas análises, na forma de expor em seus textos os aspectos da sociedade, seja do ponto de vista econômico, social ou político, mais sempre evidenciando o fator econômico como ponto de vista determinante na história o que caracteriza seu referencial teórico.

Sempre preocupada com as fontes a historiadora estabelece um diálogo com as fontes, a partir de sua ótica marxista no intuito de confirmar suas teses com interpretações que valorizam e sobressaem as lutas de classe, afastando-se assim de uma leitura pautada na neutralidade e de métodos positivistas.

2.1.2 UFS

A universidade é uma instituição educacional que abrange um conjunto de escolas superiores que busca a especialização profissional e científica do indivíduo, é uma

instituição de grande importância para a construção do conhecimento local e formação profissional. É nesse sentido, que entendemos que a UFS (Universidade Federal de Sergipe) tem grande importância para a formação intelectual do sergipano.

Diante disso, buscarei compreender a participação de Maria Thétis Nunes na criação da universidade e principalmente analisar a participação da professora na academia, entendendo, esse espaço como um local de produção, reprodução e transferência de conhecimentos.

Vale elencar que os primeiros cursos superiores em terras sergipanas foram instituídos apenas em 1948 por meio da FCFS (Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe) que tinha o intuito de formar professores para docência no ensino secundário e normal. Thétis foi uma das fundadoras da Faculdade e era a única do corpo docente de sexo feminino da instituição, ministrava aulas de História do Brasil e a partir de 1953 assumiu outras disciplinas do curso de História e Geografia. Já em 1956 afastou-se das aulas do curso para frequentar o ISEB, na ocasião o professor José Silvério Leite Fontes assumiu suas turmas.

Segundo Dantas (2012), em 1965 com a intervenção militar na política brasileira

Thétis Nunes retornou a Sergipe e, com sua formação humanística, experiência e tendência republicana, dedicou-se às atividades docentes e propiciou ao seu Estado uma inestimável contribuição cultural. Retornou à cátedra no Atheneu e inseriu-se no meio intelectual com papel relevante. Participou das discussões em torno da criação da Universidade Federal de Sergipe e fez parte do grupo de fundadores. (DANTAS, 2012, p. 319)

A professora era referência no meio educacional e cultural sergipano, mostrava-se extremamente comprometida com o ensino superior, afinal, foi ela uma fundadora da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, conhecida pelos professores e alunos como FAFI, e posteriormente, fez parte da galeria de fundadores da UFS, por essa posição sua presença era constante na imprensa local.

A Implantação da Universidade se deu, sobretudo através da obstinação e da luta de muitos, entre esses, de Maria Thétis Nunes. Anteriormente, Sergipe já possuía algumas Escolas Superiores como a de “Ciências Econômicas (1948), Química (1950), Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951), Serviço Social (1954) e Faculdade de Ciências Médicas (1963)” (SANTOS, 1999, p. 126), com esse número de Escolas se fez necessário que se pleiteasse a criação de uma Universidade no Estado.

A instalação solene aconteceu em 15 de maio de 1968 no IHGSE, de acordo com o Decreto-Lei nº 269, de 28 de fevereiro de 1967, assim, oficializava-se a criação da Fundação Universidade Federal de Sergipe.

Professora Thétis, consagrada entre os mestres de História, com sabedoria, senso de responsabilidade e postura ética, tinha atuação destacada na UFS, marcou gerações de alunos. Em virtude de sua postura no magistério, ficou conhecida nos corredores por ser “excessivamente disciplinada e disciplinadora” (SANTOS, 1999, p. 136), características não muito distantes dos demais professores da época, mas bastantes evidentes nela, como faz questão de relatar sua ex-aluna e agora professora e historiadora Maria Nely Santos:

sempre munida de mapa geográfico e do atlas histórico, entrava e saía da sala de aula, invariavelmente, na hora aprazada. Nenhum minuto a menos [...] raramente desviava do objetivo para tecer considerações sobre outros assuntos. Sem ser autoritária, era tão respeitada quanto temida. Raramente interferíamos em sua exposição. Exceto para solicitarmos alguma informação que nos escapava. (SANTOS, 1999, p. 133)

Santos (1999), ainda tece alguns comentários, sobre a, agora, colega de trabalho, professora Thétis, na UFS, “o habitual era vê-la alegre, espírito renovado de esperança e muito otimista. Aqueles que com ela conviveram e trabalharam, destacam quatro características: idealismo, competência, seriedade e responsabilidade.” (SANTOS, 1999, p. 146)

Maria Thétis Nunes sempre priorizou o ensino, entretanto, cargos e funções executivas sempre fizeram parte de sua vida, principalmente entre os anos de magistério na Universidade Federal de Sergipe, eleita, nomeada ou indicada tudo significava o reconhecimento de seus méritos intelectuais.

Foi membro titular do Conselho Diretor da UFS, Conselho Universitário (CONSU), Conselho de Ensino e Pesquisa (CONEP), entre outros no âmbito estadual (Conselhos de Educação entre 1970-1982 e Cultura entre 1982-1994) e municipal (Conselho da Condição Feminina ente 1986-1990). Sempre integrou bancas examinadoras, comissões, grupo de trabalhos, coordenou eventos e defendeu a realização de concursos para o ingresso no serviço público.

Como decana exerceu o cargo de Reitora em alguns períodos no curso de 1976 e 1977, como Santos (1999), faz questão de pontuar que a Gazeta de Sergipe em 12 de março de 1976 publicou: “A professora Maria Thétis Nunes é a primeira mulher a assumir a Reitoria da Universidade Federal de Sergipe e uma das poucas no Brasil a chegar a tão honrosa posição. [...] É uma das inteligências que honra o Estado de Sergipe.” (SANTOS, 1999, p. 141)

Para Santos (1999), sobre a relação de Thétis com a UFS,

a Universidade se constituiu no maior referencial em sua vida. Seja pela realização de suas apreciações, pela sua contribuição nas áreas de ensino, pesquisa e extensão e, sobretudo, pela participação em todas as instâncias do poder acadêmico, notadamente, os conselhos. (SANTOS, 1999, p. 146)

Uma mulher a frente de seu tempo, a mais premiada de Sergipe, foi escolhida pela sociedade como a mulher do século do Estado, teve vida muito movimentada, lecionou, escreveu, legislou, presidiu. A professora e pesquisadora Maria Thétis Nunes marcou a história de Sergipe, seja pela sua vasta publicação bibliográficas ou por sua atuação no

âmbito educacional. Aposentou-se em 1993, depois de dedicar mais de meio século ao trabalho, sobretudo, ao magistério.

A partir do exposto, podemos afirmar que Nunes durante o tempo em que lecionou na Universidade Federal de Sergipe (UFS) contribuiu para a construção do saber histórico em terras sergipanas, tecendo fios que ultrapassam os muros da Universidade e ganham uma dimensão de destaque nacional, recebeu da Universidade o título de Professora Emérita e de Doutor Honoris Causa que confirmam sua importância frente a Instituição.

2.1.3 IHGSE

Outro espaço em que a professora Thétis participou foi o IHGSE (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe), nesse caso ela assumiu a personalidade de administradora de um espaço que funciona como expressão da cultura e historiografia sergipana desde sua fundação. Enganam-se quem pensa que sua administração foi marcada apenas de momentos positivos.

Segundo Dantas (2012), a administração de Maria Thétis no Instituto no período de 1972 a 2003 foi um tempo marcado de dificuldades e permanências. Ingressou no IHGSE como sócia efetiva em 1946 e durante a gestão de Garcia Moreno (1947-1949) assumiu o cargo de 2ª secretária.

Não cabe aqui nesse momento explicar as razões de criação do Instituto ou tentar reconstruir a história do mesmo, nosso objeto é compreender nesse momento a participação de Thétis e suas ações enquanto presidente, pois compreendemos o IHGSE enquanto lugar produtor de pensamento e produções historiográficas.

Inspirado nesses parâmetros, essa parte do trabalho pretende entender o IHGSE como “um centro de cultura, agregador da intelectualidade e cultivador da sociabilidade”

(DANTAS, 2012, p. 20), responsável pela construção e valorização da identidade coletiva local, instituição de produção intelectual, responsável por produções e discussões historiográficas carregadas de significado e importância. Sendo assim, investigaremos a administração de Thétis a partir de suas estratégias políticas de condução da Casa e suas práticas enquanto gestora.

Passados mais de vinte anos, diante de convites insistentes do colega Silvério Fontes, retornava à Casa, dessa vez para suceder o presidente Benjamin de Carvalho, que renunciara. Como o vice, que deveria substituí-lo, falecera, tornou-se necessário buscar um nome representativo que superasse a fase de dificuldades e resgatasse a importância do Sodalício. (DANTAS, 2012, p. 320)

Sendo assim, Maria Thétis Nunes foi eleita presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe por seus pares em 20 de novembro de 1972, cuja posse foi efetivada em 27 de novembro do mesmo ano. Permanecendo no Instituto por um pouco mais de três décadas na presidência, deixado-a em 19 de dezembro de 2003.

Vários foram os desafios enfrentados pela presidente, pois, o IHGSE foi passado para ela em situação delicada, com biblioteca desordenada, quadros de pintura que careciam de restauração, desorganização do museu, além da, falta de uma boa gerência. Essa decadência é justificada por alguns historiadores em virtude da criação de outra Instituição no caso a Universidade Federal de Sergipe que estava em período de plena expansão de suas atividades, onde grande parte dos mestres se encontrava empolgados. É nesse quadro conjuntural que Instituto parecia para alguns como ultrapassado ou inviável, sem recursos para sua manutenção.

Em sua longa trajetória administrativa Thétis foi eleita sucessivamente sem concorrentes para administrar o IHGSE. Sempre fez questão de se cercar de companheiros de diretoria que fossem intelectuais qualificados, alguns permaneceram durante todo período

de sua presidência a exemplo do professor de geografia da UFS Emanuel Franco que permaneceu durante toda sua gestão, outros ficaram por tempos mais curtos como Epifânio Dória, Silvério Fontes, Fernando Porto, Maria da Glória Santana de Almeida, entre tantos outros.

Nesse contexto de dificuldades, a presidente Thétis teve a necessidade de adotar um novo estilo de administração que se adequasse as possibilidades oferecidas por aquele tempo histórico. Uma de suas maiores dificuldades era a pequena disponibilidade de tempo para dedicar-se ao Instituto, levando a Casa de Sergipe como também era conhecido a torna-se “uma casa de leituras de jornais e revistas, de pesquisa e de guarda de documentos vários, reclamando por organização e preservação”. (DANTAS, 2012, p. 323)

Apesar desses problemas para Dantas (2012), a presidente persistia em empenhar-se em assegurar e melhorar o funcionamento do IHGSE, buscando em sessões solenes celebrar efemeridades, quando possível realizar ciclo de palestras, organizar e dinamizar a biblioteca e realizar o tombamento do acervo, intervir periodicamente na parte física do prédio, conservar o acervo artístico e documental e restaurar os quadros da pinacoteca.

Para tanto, a principal característica na década de setenta durante a gestão de Thétis, foi seu desempenho em procurar manter boas relações com as autoridades constituídas, sejam elas, governadores ou parlamentares sergipanos a nível estadual ou ao plano federal para que os órgãos repassassem subversões de sua cota ou fossem financiadores regulares do IHGSE.

Durante a década de oitenta coube a presidente conseguir atrair o público para frequentar as conferências, debates, pesquisas e visitas a pinacoteca ou museu promovidos pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, pois o espaço estava perdendo destaque frente as mudanças e transformações que marcaram Aracaju durante esse período a exemplo da televisão.

Outro aspecto importante segundo Dantas (2012), foi a tentativa de organização do acervo geral da biblioteca que compreendia livros e periódicos que se encontravam registrados com uma classificação antiga, implementada ainda durante a gestão de Epifânio Dória. Essa missão coube inicialmente a professora da UFS Maria das Graças Menezes Moura, em 1984, contudo pouco tempo depois a mestra faleceu e ninguém se dispôs a continuar. Por um bom tempo essa situação deixou a professora Thétis visivelmente desconfortável.

No que se diz respeito ao aspecto financeiro, segundo Dantas (2012), a década de oitenta revelou-se como um momento tumultuado onde os repasses das subversões foram oscilantes e geralmente depreciativos não permitindo,

“o pagamento das despesas internas, mas não eram suficientes para financiar as reformas de que o prédio necessitava especialmente, o amplo auditório, que recebera a última intervenção em 1970 [...] a imprensa passou a publicar matérias qualificando a situação do IHGSE como de abandono” (DANTAS, 2012, p 333)

As críticas depreciativas referidas à administração de Maria Thétis Nunes foram por ela sempre respondidas categoricamente na imprensa. Suas justificações sempre se pautavam em questões de falta de investimentos no IHGSE, sejam elas dos empresários ou governo do Estado. Não deixando de narrar um pouco das dificuldades encontradas, admitia por vezes que o Instituto enfrentava graves problemas nas instalações físicas por se tratar de um prédio antigo que deveria passar sempre por manutenções.

Não obstante as dificuldades a presidente não deixava de recorrer as autoridades,

“constrangida com o quadro, a mestra apelou para João Alves Filho, que à época ocupava o Ministério do Interior, enviando-lhe longo ofício, no qual chamava atenção para importância do IHGSE, para a deterioração do

prédio, para as promessas não cumpridas do governador Valadares e rogava si colaboração para a salvação da Casa de Sergipe. Sem muita fé no atendimento, a presidente enviou pedido semelhante também ao presidente da caixa Econômica Federal, ao Ministro da Cultura José Aparecido, ao diretor da Metal Leve José Midlin, Conhecido mecenas, e ao presidente Sarney. Contuso, apenas o Ministro do Interior, João Alves Folho, teria atendido de alguma forma sua solicitação”. (DANTAS, 2012, p. 335-336)

Os problemas estruturais persistiram durante a década de noventa, entretanto, o IHGSE vivia um dos melhores períodos de sua história. A biblioteca afinal estava sendo organizada por uma pessoa especializada, cedida pelo Governo, criação de um setor da biblioteca intitulada sergipana, também estavam em fase de conclusão o levantamento documental do Instituto, o Museu e a Pinacoteca estavam em pleno funcionamento.

Em 1991 que foi conseguido por Thétis Nunes a mais completa reforma da sede do IHGSE durante a gestão da professora, financiada pelo Chefe do Executivo João Alves Filho, ressaltando a força de seu prestígio pessoal na sociedade sergipana, além de, salvar o valioso patrimônio que é de tanta utilidade para a vida cultural sergipana. Sua reabertura aconteceu em 7 de agosto de 1992.

São perceptíveis e inegáveis as dificuldades da administração da Casa de Sergipe, porém, também é evidente a preocupação de Thétis na busca de recursos externos e organização interna do IHGSE. A professora sempre fez questão de participar dos encontros nacionais promovidos pelo IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e mandar representantes sergipanos ligados ao Instituto para participar dos encontros regionais que ocorriam no Nordeste, no intuito de compreender dentro de um quadro mais ampliado a situação das instituições, além de, analisar a situação do IHGSE à época.

Com isso foi sugerida algumas alternativas de alteração nas normas da Casa, sobretudo no Estatuto, no intuito de promover um melhoramento da Instituição, tornara-se

imprescindível dividir as responsabilidades para obter melhores resultados. Diante desse diagnóstico, assessorado por Silvério Fontes, foi proposto novo Estatuto, cuja principal novidade era a criação de dois novos diretores a serem escolhidos pelos membros da diretoria. Um ficaria responsável pelo Museu e Pinacoteca e o outro pelo Arquivo, pela Biblioteca e pela Hemeroteca. (DANTAS, 2012, p. 349)

Contudo, essa mudança não se concretizou devido o então secretário Fernando Soutelo, muito próximo, da presidente Thétis Nunes, ter deixado de registrar a ata no livro de Ata do IHGSE a aprovação no novo regulamento. Essa mudança para Soutelo significava mudanças em seu cargo de secretário geral, principalmente depois das eleições a vice-presidente, a qual elegeu Ibarê Dantas. Diante da frustrada tentativa de mudança a instituição voltou a sua rotineira realidade de dificuldades.

Maria Thétis Nunes deixou a presidência do IHGSE no dia 19 de dezembro de 2003, aos 91 anos de idade. Cujas presidências foram ocupadas por Ibarê Dantas e a vice-presidência por Samuel Albuquerque estendendo-se do ano de 2003 até 2012.

Apesar das dificuldades, a administração de Thétis foi marcada por inovações, a primeira, devido à longevidade de sua presidência, mais de três décadas, a maior até então do IHGSE, inovador em Sergipe, entretanto, algo comum em entidades congêneres sem fins lucrativos. Segundo, foram desenvolvidas diversas ações culturais que contribuíram para a vida cultural sergipana como lançamento de livros, homenagens, seminários, participação em atividades cívicas culturais do Estado e em eventos externos, entre outros.

Foi responsável também pela iniciativa de promover concursos de monografia, entre outros concursos, sob a responsabilidade do IHGSE. Por último e não menos importante, durante sua gestão publicou por sete vezes a Revista do IHGSE, adormecida por treze anos, sua última publicação tinha acontecido em 1978. Essas revistas tiveram relevante contribuição na área de Ciências Humanas.

Para Santos (1999, p. 162), “firmemente, ela e um punhado de idealistas continuam mantendo vivo o sonho dos vinte e dois fundadores por acreditarem no papel que o IHGS desempenha junto à comunidade”.

Portanto, a participação de Maria Thétis Nunes no IHGSE foi importante por proporcionar a professora um contato com a administração de um espaço que aparece na sociedade sergipana como lugar de construção e reprodução do conhecimento sergipano. Mesmo com as dificuldades enfrentadas em sua gestão, a presidente sempre se mostrou muito ativa, participante e dotada de espírito público que foram essenciais para sua permanência no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, e principalmente pelo empenho, durante 31 anos, “na melhoria de suas condições, tendo conseguido empreender importantes reformas, razão por que, ao deixá-lo, foi agraciada com o título de Presidente de Honra da entidade”. (DANTAS, 2009, p. 17)

TERCEIRO CAPÍTULO

3.1 A REVOLTA DE SANTO AMARO SEGUNDO THÉTIS

Este último capítulo tem como prisma principal, apresentar a visão da historiadora Maria Thétis Nunes sobre a Revolta de Santo Amaro das Brotas: levante acontecido em 1836, após a abdicação de D. Pedro I, na Província de Sergipe durante o período regencial. O propósito é analisar os dois textos historiográficos produzidos pela autora sobre o assunto, compreendendo, a partir de uma visão conjunta, como a historiadora nos seus traços mais marcantes entende a revolta.

Para isso foi analisado o artigo intitulado *Insurreição de Santo Amaro das Brotas- antecedentes*, publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 1992 e especificamente o nono capítulo do livro *Sergipe Provincial I: 1820/1840*, com título de *A cisão da classe dominante: a Revolta de Santo Amaro*, publicado em 2000.

Tanto o artigo quanto o livro foram produzidos por Thétis, ambos com mesma temática, se complementam entre si, possuem mesmas características, sendo o capítulo do livro um estudo de mais fôlego, baseado, e por vezes, acaba por repetir informações do artigo com introdução de novas informações. Enquanto o artigo, como o próprio título propõe, se debruça claramente em mostrar os antecedentes da revolta. O livro em contrapartida, apresenta um panorama geral sobre os diversos acontecimentos da revolta, do estopim ao seu desfecho.

Nota-se, nos textos analisados e demais textos produzidos pela pesquisadora, um predomínio pelo entendimento da história pautada pela análise dos objetos históricos, compreendendo os fatos e acontecimentos pelo viés econômico. Sua produção torna-se diferente das demais produções históricas sobre a mesma temática em outros tempos, por seu

distanciamento da historiografia romântica predominantemente narrativa, em que historiar é narrar uma sucessão de eventos em ordem temporal em que aconteceram.

O esforço de analisar os conceitos presentes nas obras de Thétis, nos põe a frente de um problema, principalmente, por não ser nosso objetivo central, a análise de toda sua produção historiográfica ao longo de sua vida. Contudo, é de fundamental importância porque é justamente compreendendo alguns de seus conceitos que poderemos desenvolver uma análise mais eficaz sobre os textos que a mesma escreveu sobre a Revolta de Santo Amaro das Brotas.

Sendo assim, buscarei analisar conceitos presentes em seus textos, articulando os mesmos e os relacionando com o marxismo. No esforço de apreender sua concepção de história e o seu processo de formação de pensamento, especialmente no que se diz respeito à aplicação do marxismo em suas análises.

É notória em sua extensa produção bibliográfica a tentativa de apreender a lógica do desenvolvimento histórico sergipano. Thétis defendeu a necessidade de uma produção engajada na defesa de um novo entendimento da história como elemento de construção do futuro, expressa na variedade de suas temáticas.

Em suas obras é fácil constatar a multiplicidade de temáticas como a questão educacional, Sergipe no processo histórico nacional, os Árabes e sua influência ao ocidental, como tantas outras pesquisas publicadas em seus livros e artigos, evidenciando as mais variadas orientações historiográficas em seus estudos de caso, nos temas abordados pela autora.

A relação intelectual, professora e administradora, já colocada em outro momento, tornam-se importante para entendermos sua produção intelectual, frente à tensão entre esses aspectos. Para isso se faz necessário a compreensão e definição do conceito de intelectual, ao qual optaremos pelo de Daniel Aarão Reis Filho, para quem intelectuais são:

personagens culturais – criadores ou mediadores, ou ainda, divulgadores, pouco importa – mas sempre situados como pessoas políticas. O que importa é, sobretudo, a função que desempenha na sociedade – nesse sentido, os intelectuais são *men of ideas*. (REIS FILHO, 2000, p. 12, *grifo do autor*).

Conforme trecho supracitado, estes personagens culturais são sujeitos que possui uma visão social de mundo com posicionamentos, críticas ou afirmações. Todavia, esses sujeitos estão submetidos ao mundo em que vivem, ou seja, suas relações políticas são estreitas com sua atividade de pensar e a sua condição humana. No caso de Thétis Nunes, a esta definição de personagem cultural agrega-se quando pensamos sua formação metodológica e definição ideológica ao produzir suas análises marxistas sobre história, ao mesmo tempo, em que assume cargos públicos e participa do curso do ISEB com benevolências do Estado.

Compreender a concepção histórica de Thétis Nunes é compreender também a lógica de sua atuação como intelectual, porém não de forma restritiva. Permitindo-nos o acompanhamento de sua formação intelectual frente as influências e o papel das instituições na sua formação para que possamos entender a forma de organização de seu estudo e intencionalidades de seu texto.

Implicando assim analisar suas categorias explicativas, apropriação e utilização de conceitos e suas noções de temporalidade e causalidade na construção de seu pensamento histórico. Portanto, a concepção de história de Thétis é pensar que a sociedade está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico da mesma. Apesar de seu entendimento quanto à dinâmica da história não se limitar a caracterização única da evolução econômica da sociedade, seu compromisso, também é, político na produção histórica e ao analisar a sociedade sergipana.

Ao examinar o marxismo presente nos textos de Thétis entendemos que o mesmo serve como uma espécie de substrato teórico de suas análises da história de Sergipe.

Uma explicação da sociedade sergipana pela redução de suas determinações a fatores econômicos, no interesse em superar a visão dos livros e escritores da época. Entretanto, de modo algum se tratava, porém, de uma redução do social ao puramente econômico. Sua análise é feita do quadro social mais amplo que seriam determinados pela estrutura econômica.

Em seus textos há uma oscilação de pensamento, de um lado, verifica-se uma posição mais estritamente materialista, adotada principalmente quando ela em debate com textos de outros historiadores, critica os que isolam o estudo da revolta apenas as condições sociais em que ela foi produzida. De outro lado, deve-se registrar a sua crítica ao materialismo vulgar e a sua concepção de causalidade mecânica, que é quando não se estuda de maneira mais detalhada os acontecimentos, respeitando suas especificidades.

De acordo com Sá, Maria Thétis Nunes representa para a historiografia sergipana a “passagem do autodidatismo historiográfico para o amadurecimento da reflexão teórico metodológico do historiador” (SÁ, 2011, p. 346). Sua contribuição surge para suprir um vácuo na produção intelectual de temática histórica, por conta da morte de pesquisadores como Felisbello Freire, Carvalho Lima Júnior, Clodomir Silva, Ivo do Prado, entre outros, que outrora contribuíam na atividade investigativa e crítica sergipana.

Maria Thetis Nunes refez a História de Sergipe, aprofundando seus conhecimentos, pelo prisma do nacionalismo e o compromisso do desenvolvimento, opção que marcou a sua conduta profissional enquanto historiadora sergipana. Uma intérprete que faz da análise crítica o suporte validador do método marxista.

Desde os tempos do Colégio Atheneu e da Faculdade, graças a seus flertes com as idéias de cunho socialista, tornara-se adepta do marxismo, do materialismo histórico, enquanto teoria de emancipação social. No ISEB, a convivência com alguns professores- nomeadamente Nelson Werneck Sodré- contribuiu para definir e consolidar sua tendência marxista (SANTOS, 1999, p. 52)

Em conformidade com o texto supracitado acima, notadamente Thétis possui uma tendência marxista. Ainda segundo Antônio Lindvaldo Sousa, ela pautando-se na visão histórica da totalidade, “aproximando-se do positivismo (escola metódica) para produção de seus textos. Ela procura se cercar sempre de muitos documentos para legitimar suas narrativas e análises” (SOUSA, 2010, p. 98). Colaborando no processo de cientificidade da História que foi se definindo no final dos anos de 1960 e 1970 em Sergipe, pautado no preenchimento de lacunas da historiografia sergipana com estudos direcionados para os aspectos políticos, sociais e principalmente econômicos.

Nas suas páginas quando escreve sobre a Revolta de Santo Amaro, utiliza-se de uma escrita cuidadosa e clara, busca uma narrativa própria, na qual dialoga com as fontes no intuito de interpretá-las. Seus textos tomam um formato expositivo, no qual, prevalece antes da simples narrativa e encadeamentos dos eventos, uma busca constante pela escrita analítica. Foge de metáforas e utiliza-se de recursos discursivos que facilita a leitura aproximando seu texto ao leitor, quando necessário para o entendimento faz uso de descrições.

A periodização é um traço importante na escrita histórica, pois, ao estabelecer seu marco temporal, o historiador evidencia aquilo que ele considera significativo ao seu objeto. Sendo assim, Thétis para explicar a Revolta não se centra apenas em 1836, ano em que aconteceu a revolta, ela compreende a revolta como um processo histórico que se estende desde o Ato Adicional à Carta Constitucional de 1824 ao ano de 1837 em que é declarada nula, depois de exacerbadas discussões, a eleição que resultou a revolta.

Não existe historiografia que não ponha em cena agente históricos, não diferentemente disso, nos os textos de Maria Thétis os agentes estão presentes. Tradicionalmente, a história faz uma opção preferencial pelos dominantes o que vem sofrendo uma alteração atualmente.

Contudo, nos escritos da historiadora ela introduz o conceito de classes sociais, seguindo os parâmetros marxistas em suas análises, porém, mesmo com a existência de uma classe social dominante, segundo Thétis, é inexistente uma classe média no conceito marxista do termo, e sim uma parcela da população livre e podre.

É, visto também, a figura dos governantes que ocupam um papel de proeminência na narrativa, além é claro, das principais figuras que lideram a revolta, notoriamente Antônio José da Silva Travassos e Sebastião Gaspar de Almeida Boto que são caracterizados por ela como:

Antônio José da Silva Travassos (1804/1872) tornou-se o líder da insatisfação reinante em Santo Amaro, desde quando a sede da Vila fora transferida para Maruim. Identificado com sua terra e sua gente, destacara-se como rábula brilhante e homem de idéias progressistas, que tentou pôr m prática, como a navegabilidade dos rios Japaratuba e Pomonga através de um canal. Exerceu diversos cargos públicos e representação no legislativo, impondo-se como jornalista ardoroso e combativo. Cabe-lhe o mérito de ter sido o primeiro sergipano a escrever a história de sua gente em *Apontamentos Históricos sobre a Província de Sergipe*. (NUNES, 2000, p. 265)

Sebastião Gaspar de Almeida Boto, designado pelo Presidente Bento de Melo Pereira, Tenente-Coronel Combatente-em-chefe das Forças da Legalidade, tornou-se o principal agente contra a Revolta de Santo Amaro, segundo a correspondência do Presidente às autoridades da Regência, que a ele se referia com muitos elogios, ressaltando a bravura, o patriotismo e a coragem com que atuou nos acontecimentos. (NUNES, 2000, p. 268)

Ambos possuíam importância durante a revolta, Travassos por defender e lutar pelas causas do povo santoamarense a partir de ideais liberais e Boto por está ligado à vida política do Império e consequentemente ao grupo conservador. Vale ainda destacar que o povo comum em sua individualidade não aparece em seu texto, sendo visto a partir de uma totalidade, sem assumir a função de protagonista, com exceções de caos durante a revolta,

que são raros, no mais compõem apenas o plano de fundo das disputas políticas partidárias e conjunturas sociais e econômicas.

Ao analisar o movimento popular, Thétis opta por entender a revolta a partir do estudo das lideranças (padres, jornalistas, militares, intelectuais, letrados, etc.), enfatizando os problemas de traição e incompetência das lideranças para explicar a inoperância e o fracasso do povo que não chega a oferecer perigo ao poder central.

No tocante a metodologia de Thétis na escrita da revolta, apresenta-se um amadurecimento histórico e uma intimidade com o ofício de historiar. Com traços firmes, aprendeu e coloca em prática com maestria a cartilha do saber historiográfico, demonstra uma grande preocupação com a fidelidade e crítica das fontes. Nos textos em que escreve sobre a Revolta de Santo Amaro, são comuns as notas de páginas no fim do texto, baseando suas afirmações nas fontes.

Outro elemento importante em seu procedimento é o uso contínuo de fontes primárias que são usadas para comparação e explicação, com a função de se extrair a evidência buscada pela pesquisadora. É perceptível, que a mesma realizou diversas pesquisas em outras obras de historiadores sobre a temática em pauta, por algumas vezes, discordando e polemizando.

A pesquisadora utiliza-se de fontes diversas, sejam elas primárias (cerca de 20 fontes) ou secundárias (cerca de 10 livros de outros autores). Documentações oficiais (administrativas), documentos de cartórios, livros de cartas, ofícios de Presidentes, jornais e correspondências, entre outros. Algumas das fontes, como é o caso de três Proclamações proferidas pelos Presidentes da Província são transcritas na íntegra e colocadas no fim do capítulo, em forma de anexo, onde o leitor pode realizar uma consulta. Além de outras obras produzidas por seus pares sobre a mesma temática.

Maria Thétis Nunes cerca-se de um conjunto de autores e textos que são fundamentais para lhe fornecer o apoio teórico metodológico. Entre esses autores manifestamente lidos pela pesquisadora e historiadora, há de se destacar o historiador Nelson

Werneck Sodré que foi seu professor e amigo durante o curso do ISEB, e quem, também, influenciou suas concepções históricas.

Em seu texto ela faz a seguinte afirmação, “acontecimentos revolucionários que se vão desenrolar na Província de Sergipe, nos últimos meses de 1836 e começo de 1837, só entenderemos dentro do panorama geral do Império delineado por Nélon Werneck Sodré” (NUNES, 2000, p. 259)

Entre tantos méritos de Sodré, a divulgação do marxismo foi fundamental em sua carreira profissional, ajudando a solidificar a nova abordagem histórica que influenciou gerações. Um apaixonado pela História, que a compreendia como ciência e a tratava como tal. Foi nesse processo de rompimento e mudança de padrões pré-estabelecidos, que Werneck Sodré criou o projeto da Nova História, cuja função primordial era a fuga dos métodos didáticos adotados, ampliando as perspectivas da História, proporcionando aos jovens um método capaz de expor as verdadeiras razões históricas dos acontecimentos, que pudesse servi-lhes para enriquecer seus conhecimentos e transformar sua vida.

Vale salientar, que já foram feitas algumas considerações no capítulo anterior a respeito da influência de Sodré no pensamento e escrita de Nunes. Sendo assim, optarei por expor nomeadamente os autores citados por Thétis, nos textos aqui analisados sobre a Revolta de Santo Amaro.

No rol dos autores e textos que serviram de base ou contrapartida para o estudo da temática que a pesquisadora se propôs a estudar, vale destacar também: Nelson Werneck Sodré, *Formação Histórica do Brasil*; Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa*; Hermes de Lima, *Notas à vida brasileira*; José Honório Rodrigues, *Conciliação e Reforma no Brasil*; Felisbela Freire, *A antiga Vila de Santo Amaro das Brotas e História de Sergipe*; Antônio José da Silva Travassos, *Memorial Histórico da Política de Sergipe desde a época de sua independência, escrito com toda imparcialidade*; Marcos Antônio de Souza, *Memória da Capitania de Sergipe 1808*; Francisco A. C. Lima Junior, *A Revolução de Santo Amaro*; Luiz Mott, *Sergipe del Rey – População, Economia e Sociedade e Brancos, pardos, pretos e*

índios em Sergipe; Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder I*; Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*; Maria da Glória Santana de Almeida, *Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe (século XIX)* e Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O mandonismo na vida política brasileira*.

Ao realizar a análise histórica, Nunes utiliza-se da explicação causal, a exemplo de outros historiadores cientificistas, onde o fato histórico é quase sempre explicado pelos eventos antecedentes, para se explicar o consequente. Ou seja, em sua pretensão de cientificidade, a revolta é explicada pela concepção causal, promovido pelo processo histórico da causalidade social, política e, sobretudo, econômica.

Segundo Nunes, a revolta teve como principais causas o “processo iniciado com a decadência econômica da Vila de Santo Amaro, até o desenvolvimento de outros núcleos urbanos localizados na região do Cotinguiba” (NUNES, 1992, p. 127), que eram melhores localizados, facilitavam o comércio e as comunicações, cuja “produção açucareiras da região passou a ser escoada através do Porto das Redes e Maruim, o que iria repercutir desfavoravelmente na vida santoamarense” (NUNES, 2000, p.264). O deslocamento do eixo comercial de Sergipe para Laranjeiras e Maruim, acarretou “o declínio da importância econômica de Santo Amaro, e, consequentemente, seu prestígio político” (NUNES, 1992, p. 129). Frente a esses problemas econômicos os proprietários de terras, que em sua maioria eram líderes políticos, começaram a difundir ideias de mudança da sede da vila para Maruim buscando a valorização de suas terras, além é claro de interesses de ordem política.

Vimos que, desde 1825, na presidência de Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, começaram as tentativas de transferência da sede da Vila de Santo Amaro para Maruim, voltando, em 1828, quando era presidente Inácio José Vicente da Fonseca. Liderava a transferência o português José Pinto de Carvalho que, em 1833, ao ocupar como vice-presidente, interinamente, a presidência da Província, fundamentou-se nas disposições do Código do Processo Penal, baixado no ano anterior, para criar a Vila de Santo Amaro. Esta, na ocasião, era extinta, sendo substituída pela recém-criada Vila de Maruim. O ato teve respaldo de diversos senhores de terra da região, destacando-se Sebastião de Almeida Boto. (NUNES, 2000, p. 264)

Contudo, diante dessas tentativas de transferência os santoamarenses reagiram sobre a liderança de Travassos, “levando o presidente da Província, Dr. Manuel Ribeiro, a convocar a Assembléia Legislativa Provincial, que, pela Lei de 21 de agosto de 1835, fez retornar Santo Amaro a condição de vila, embora a mesma categoria conservasse Maruim” (NUNES, 2000, p. 266).

Essa reviravolta contribuiu para aumentar a rivalidade das oligarquias sergipanas dominantes na luta pela busca do poder. Principalmente, após a promulgação do Ato Adicional de 1834, através da criação das Assembléias Legislativas Provinciais que possuíam atribuições administrativas e financeiras, contribuindo assim, para uma maior disputa pelo poder, acarretando na cisão da “classe dominante”.

Segundo a historiadora,

a insurreição, que nos fins de 1836 vai agitar a Província de Sergipe, conhecida como Revolução de Santo Amaro, significa o desdobramento, em escala ampliada, da cisão da classe dominante local. Das agitações desencadeadas, saem definidos os dois partidos que monopolizarão a vida política sergipana no Império – Liberal e Conservador – inicialmente conhecidos como camundongos e rapina. (NUNES, 1992, p 135)

Nesse sentido, a cisão, ocorre devido o aumento de interesses políticos de uma parcela da classe dominante sobre a outra. Essa ruptura entre as classes dominantes implica no fim da intermediação para a luta pelo poder. Nesse ponto o raciocínio da autora ganha uma considerável sofisticação teórica, explorando mais a possibilidade da dialética, presente no movimento de contradição nos jogos das forças dos grupos políticos.

A pesquisa de Thétis é inovadora também, por entender a revolta como um evento que faz parte da conjuntura nacional. Ela destacar, que o país encontrava-se em uma

situação convulsionada desencadeada pela abdicação de D. Pedro I, em 1831, em função da menor idade de D. Pedro II, a eleição de regentes descaracterizou a força simbólica da monarquia, permitindo “nas províncias, a explosão das contradições econômicas, sociais e políticas, que vinham acumulando ao longo do tempo, como sucederia em 1836, em Santo Amaro das Brotas, localidade já marcada por anteriores agitações populares”. (NUNES, 1992, p. 127)

Este período foi marcado por um quadro de instabilidade e perigo, encaminhado por uma proliferação de conflitos acirrados, diante da cisão de vários grupos políticos com diferentes projetos para a nação, o que fez eclodir uma onda de revoltas, onde o povo e a tropas eram os protagonistas nos mais diferentes lugares do país, a exemplo, da Setembrada (1831), Novembrada (1831) e Abrilada (1832) em Pernambuco, a Guerra dos Cabanos (1832-1835) ocorridas no norte de Alagoas e sul de Pernambuco, no Ceará a revolta de Pinto Madeira ou do Benze Cacete (1832), na Bahia a Revolta dos Malês (1835) e a Sabinada (1837-1838), a Cabanagem (1835-1840) no Pará e no Maranhão a Balaiada (1838-1841).

É nesse cenário de revoltas sociais que Thétis Nunes, entende a Revolta de Santo Amaro, em Sergipe, tendo a rivalidade entre os “Camundongos” (liberais), liderados por Travassos e os “Rapinas” (conservadores), sob a chefia de Almeida Boto, como mote de muitas hostilidades principalmente quanto à fraude nas eleições que provocou a revolta em 1836.

Conforme Thétis, a acirrada disputa partidária entre os dois partidos políticos mencionados acima que detinham o poder marcou o processo eleitoral para a Câmara do Império durante o tumultuoso governo de Bento de Mello Pereira, o então Presidente da Província de Sergipe.

Na apuração dos votos, realizada na Câmara de São Cristovão, a maioria coube ao partido *liberal*. Mas foram suspensos os trabalhos, sob o pretexto de não ter vindo a ata do Colégio Eleitoral da Vila de Lagarto, que logo depois chegou com o assombroso número de 3.627 votantes, garantindo a

vitoria do partido legal, do governo. Imediatamente, cerca duzentos eleitores presentes se dirigiram ao Palácio do Governo para, verbalmente, levarem o seu protesto contra o fato. (NUNES, 2000, p. 261, *grifo da autora*)

A visível falsificação do processo eleitoral, aumentou a insatisfação e foi responsável por acirrar os ânimos dos oposicionistas que planejaram uma sedição armada que visava a deposição do então Presidente da Província. “A Vila de Santo Amaro tornou-se o centro do movimento [...] estendendo-se pela Cotinguiba, a zona açucareira mais rica e populosa da Província, marcando a vida sergipana nos últimos meses de 1836 e início do ano seguinte” (NUNES, 2000, p. 262).

A primeira operação dos santoamarenses foi o ataque a Vila de Rosário, local onde se localizava o quartel-general de Almeida Boto, em 18 de novembro de 1836, quando foi declarada oficialmente a revolta, partindo de Santo Amaro “um contingente de cerca de 400 homens, comandados pelo Juiz de Paz Luís de Araújo Maciel, senhor da Serra Negra, e José do Vale Marafuy, buscando atacar a Vila de Rosário, quartel-general de Almeida Boto. Este sem condições de resistência, escapou ao cerco” (NUNES, 2000, p. 267). A notícia da ocupação da Vila de Rosário gerou pânico em toda Província.

Diante da gravidade da situação “o presidente convocou gente *de todos os Engenhos da Província*, prometendo, aos que atendessem, o soldo dos Permanentes, *que é de 500 réis diários* e serem considerados *defensores da Pátria*” (NUNES, 2000, p. 268, *grifo da autora*). Sem tropas suficientes para impedir o ataque à Capital, Bento de Mello Pereira pediu auxílio ao Presidente da Província da Bahia Francisco de Souza Paraízo.

Sobre a legação de uma possível nulidade da eleição de Lagarto, apresentada por Bento de Mello Pereira, estratégia para ganhar tempo, os revoltosos recolheram-se a Santo Amaro, quando em 15 de dezembro foram atacados pelas forças legais. Posteriormente,

enquanto se travavam pequenos combates entre os adversários, o governo consolidava um plano de perseguições aos implicados na revolta, com a suspensão das garantias constitucionais, colocando a prêmio as cabeças dos chefes no movimento, o que levaria os principais envolvidos a abandonarem Sergipe. Antônio da Silva Travassos, o Dr. Manuel Joaquim Fernandes de Barros, que haviam regressado a corte e se envolvera no levante, e outros, buscaram a Vila de Penedo; o Dr. Manuel de Souza Brito seguiu para a Bahia. O Padre Gonçalo Pereira, vigário de Santo Amaro permaneceu detido como refém na Vila de Laranjeira, até que os rebeldes entregassem as armas. (NUNES, 2000, p. 270-271).

Dezenas de pessoas que estavam envolvidas no levante foram sumariadas ou processadas. Para pacificar a Província sergipana o governo regencial substituiu Bento de Mello Pereira por José Mariano Cavalcanti de Albuquerque (19/01 a 31/05 de 1837) que procurou durante seu governo acalmar as paixões e conciliar os partidos. Já em 09 de janeiro desse mesmo ano a Portaria do Ministro do Império, tinha anulado as eleições do ano anterior, que “fora a causa imediata da deflagração da insurreição de Santo Amaro. Eram assim, reconhecidos, como fictícios, os eleitores da Vila de Lagarto” (NUNES, 2000, p. 272).

Contudo, os objetivos foram fracassados porque a Resolução de 25 de fevereiro, sancionada pela Assembléia Provincial, apresentava-se como um tentativa de pacificação, porém, no seu artigo terceiro permitia que o Governo continuassem as perseguições aos chefes da revolta.

Se, militarmente, fracassaram os revoltosos de Santo Amaro, politicamente saíam vitoriosos com a anulação das eleições de 1836 pela Portaria do Ministro do Império, de 9 de janeiro de 1837, determinando novas eleições a serem realizadas em maio deste ano. A Câmara dos Deputados, porém, não as aceitaria, alegando a falta de competência legal do poder que as autorizara, considerando o ato “exorbitante”. Sobre o problema aconteceram na Câmara longas e exacerbadas discussões, nos anos de 1837, 1838 e 1839, quando, afinal, na sessão de 28 de agosto, as eleições de 1836 eram declaradas nulas, e autorizada a realização de novas eleições. Foram eleitos os candidatos do partido *rapina* ou *legal*, Sebastião Gaspar

de Almeida Boto e Monsenhor Antônio Fernandes da Silveira, assumindo, em 1839, o mandato que deveria ser 1838/1841 (NUNES, 2000, p. 277-278, *grifo da autora*).

Para Thétis Nunes, a principal consequência da revolta de Santo Amaro para a vida política sergipana foi a definição dos dois partidos que conduziram a política da Província ao longo do Império. E conclui que

a revolta de Santo Amaro sedimentou a cisão das oligarquias sergipanas, segundo os seus interesses, consolidado o prestígio político do mais destacado dos integrantes, Sebastião Gaspar de Almeida Boto (Comendador da Imperial Ordem de Cristo por decreto de 18 de julho de 1841), que dominaria a vida política sergipana até a década de 1850. Também essa revolta contribuiu para dar conscientização, embora diminuta, ao *status* médio da sociedade local, que teria em Antônio José da Silva Travassos o líder mais expressivo (NUNES, 2000, p. 279, *grifo da autora*)

Portanto, Thétis, observou que a Insurreição de Santo Amaro proporcionou uma cisão na classe dominante sergipana e mostrou que o acontecimento esteve ligado ao contexto do Período Regencial. Porém, a historiadora mostrou apenas a insatisfação dos grandes proprietários de terras, enquanto a insatisfação e aspirações das camadas mais pobres como os pequenos proprietários, servidores públicos, trabalhadores livres, dentre outros, foram esquecidos, o que nos dá uma impressão de que a revolta não teve a participação do povo.

Em suma, os textos escritos por Thétis Nunes apresentam sua paixão, seriedade e fidelidade ao pensamento marxista dominante, entretanto, evidencia também as dificuldades de aplicá-lo a realidade local sergipana e história brasileira. Embora, entendemos que suas análises são importantes, pois, permite principalmente uma nova compreensão sobre

Sergipe, o que se confirmará na incessante utilização de seus textos por diversos pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude de tudo que foi mencionado, nossa principal intenção ao desenvolver esta pesquisa, foi tentar apresentar o olhar de Maria Thétis Nunes, mostrando como ela compreendeu e escreveu sobre a “Revolta de Santo Amaro”. Para isso, realizamos um breve levantamento de textos e escritores que se empenharam em escrever sobre a mesma temática, no intuito de perceber de quais textos e pensamentos ela se aproxima ou se afasta. Também, optamos por elencar quais lugares nossa personagem objeto, Thétis, estava situada e consequentemente como os mesmos foram responsáveis por delinear a sua formação enquanto intelectual no curso de especialização do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), profissional da educação na UFS (Universidade Federal de Sergipe) e ainda seu papel de administradora no IHGSE (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe), fundamental para a manutenção desse espaço enquanto local de memória da historiografia sergipana. Por fim, foi feito um esforço em analisar os textos escritos por Thétis Nunes sobre a revolta, elencando principalmente o diferencial dela em relação a outros que se arriscaram a escrever sobre o tema.

Sendo assim, pudemos perceber o quanto inovador foi a abordagem historiográfica de Thétis sobre a revolta. Principalmente, por tentar compreendê-la não apenas a partir de um viés unicamente político, mas também, enquanto um processo de crise econômica e política da Vila Santo Amaro. Tendo como lupa para tal análise a perspectiva ideológica e teórica marxista, por vezes, muito criticada por alguns estudiosos que afirmam que Thétis não soube interpretar a teoria marxista.

Deixando essa discussão para outros que se proponham a estudá-la, vale destacar, que Marx é comprovadamente um dos autores mais comentados da literatura universal e estranhamente um dos menos lidos. Mais uma certeza podemos chegar é que suas informações históricas foram capazes de produzir a melhor reflexão sobre o sistema capitalista. A contribuição marxista nos textos de Thétis visava preencher uma série de

lacunas históricas deixadas de lado por não se trabalhar e analisar as relações econômicas, além de reconhecer à corrente marxista em seu papel da renovação da historiografia brasileira.

É perceptível, também, que a mesma valoriza a dinâmica nacional ao estudar a “Revolta de Santo Amaro”, não colocando a mesma como acontecimento específico da Província de Sergipe. A revolta passa a ser compreendida como um substrato dos diversos movimentos presentes no Brasil durante período Regencial.

Portanto, quando foi pretendido analisar as posições, fundamentos e conclusões básicas adotados por Maria Thétis ao escrever sobre a revolta, não nos voltamos para as condições básicas da explicação dos fatos históricos presentes no evento. Contudo, nos interessávamos os pontos culminantes, sob o ponto de vista de sua explicação sobre o tema e suas principais variantes. Sendo assim, é inegável a importância de seus textos para se compreender a Revolta de Santo Amaro e diversas temáticas sobre a história sergipana e nacional.

O estudo aqui empreendido não pode ser entendido como finalizado, principalmente, frente à quantidade de pesquisas que podem ser ainda desenvolvidas sobre a temática da Revolta de Santo Amaro que ainda não recebeu a importância dos acadêmicos quanto o desenvolvimento de novos trabalhos. Será pretendido, em um futuro próximo, o amadurecimento e a continuação do estudo do tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Joel. **Traços da História de Maroim**. 2. ed. Aracaju, SE: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 2004.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Nelson Werneck Sodré: um perfil intelectual**. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFAL, 2011.

BOMFIM, Clóves. **Haveres do século XIX: Santo Amaro: do obscurantismo à luz da história**. Aracaju, SE: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - EDISE, 2013.

BOMFIM, Clóves. **Retratos da História de Santo Amaro das Brotas**. Aracaju, SE, 2007.

CAMPOS, João Sales de. **Dados Históricos sobre Santo Amaro das Brotas**. Santo Amaro das Brotas: João XXIII. p. 1-31.

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. In: A Escrita da história; tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 56 – 106.

CRUZ E SILVA, Maria Lúcia Marques. **Inventário Cultural de maruim**. Edição Comemorativa aos 140 anos de Emancipação Política da Cidade. Aracaju, SE: Secretária Especial de Cultura, 1994. p. 17 – 21.

DANTAS, Ibarê. **História da CASA DE Sergipe: os 100 anos do IHGSE 1912-2012**. São Cristovão, SE: Editora UFS; Aracaju, SE: IHGSE, 2012.

DANTAS, Ibarê. **Maria Thétis Nunes (06.01.1923 a 25.10.2009)**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 39; Aracaju - SE, 2009. p. 15 – 19.

FONTES, José Silvério Leite. **Marxismo na Historiografia Brasileira Contemporânea**. São Cristovão, SE: Editora UFS, Fundação Oviêdo Texeira, 2000.

FREIRE, Felisbello. **A antiga Vila de Santo Amaro de Brotas**. Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Ano II- 1914. Fascículos III e IV. Vol. II. Aracaju - SE, 1916.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 2.ed. Aracaju: Vozes, 1977.p.222-300.

FREIRE, Felisbello. **História Territorial do Brasil: (Bahia, Sergipe e Espírito Santo)**. 1º V. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.p.313-337.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

LADEIRA, Maria Isabel. **Breve exercício de interpretação histórica sobre a revolta de Santo Amaro**. CADERNOS UFS; História / Universidade de Sergipe. V. 5. N°. 6. (1997 – 2004), Jan / Dez. São Cristóvão: Editorada UFS, 2004. p. 75-82.

LIMA JUNIOR, F. A. de Carvalho. **Revolução de Santo Amaro: Sergipe - 1836**. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Ano II- 1914. Fascículos III e IV. Vol. II. Aracaju - SE, 1916. p. 251 – 296.

MELLO, Janaina Cardoso. **A Pátria em perigo: a transferência do Cartório da Villa de Santo Amaro das Brotas para a Villa de Santo Amaro de Maroim (Sergipe – 1835)**. IN: Revista do Memorial, Tribunal de Justiça, N° 1. Aracaju, SE: Júnior Artes Gráficas, 2011. p. 179 – 194.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe del Rey; população, economia e sociedade**. Aracaju: FUNDEC, 1986.

NUNES, Maria Thétis. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. 2. ed. rev. e amp. São Cristóvão, SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 1999.

NUNES, Maria Thétis. **Insurreição de Santo Amaro das Brotas - antecedentes**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 31; Aracaju - SE, 1992. p. 127 – 137.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Provincial I (1820 – 1840)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000. p. 257 – 287.

OLIVA, Terezinha Alves de. **Os partidos políticos em Sergipe**. IN: Textos para a História de Sergipe. Aracaju/São Cristóvão: Banese/UFS, 1991.p.133-137.

OLIVEIRA, Norberto Rocha de. **Maria Thétis Nunes: uma contribuição à historiografia sergipana**. Aracaju, Se: Monografia de História, UFS, 1997.

REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

RIBEIRO, Jacinto Dias. **Santo Amaro das Brotas: diário de um santuamarense**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1945. p. 01 – 158.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **A historiografia sergipana nos últimos 50 anos: tentativa de avaliação crítica**. In: GLEZER, Raquel (Org.), Do passado para o futuro: Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Editora Contexto, 2011. p. 343 – 360.

SANTANA, Hélio Ferreira de; SANTOS, Silvaney Silva. **A insurreição de Santo Amaro: “Um povo insurreto”**. Aracaju, SE: Monografia de História, UNIT, 2001.

SANTOS, Maria Nely. **Professora Thétis: uma vida**. Aracaju, SE: Gráfica Pontual, 1999.

SILVA, Clodomir de Souza e. **Álbum de Sergipe (1820-1920)**. São Paulo: Seção de obras do O Estado de São Paulo, 1920. p. 274-277.

SILVA, Marcos (Org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru, SP: FAPESP, 2001.

SOBRINHO, Sebrão. **Fragmentos de história municipais e outras histórias**. Org. Vlamir Souza Carvalho. Aracaju, SE: Instituto Barreto Júnior, 2003.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **História e historiografia sergipana**. São Cristovão, SE: Cesad. 2010.

SOUZA, Marcos Antônio de. **Memória sobre a capitania de Sergipe**. 1908.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2. Ed. São Paulo: ÁTICA, 1978.

TÔRRES, Acrísio. **História de Sergipe**. 2. Ed. Aracaju, SE, 1967.

TRAVASSOS, Antônio José da Silva. **Apontamentos Históricos e Topográficos sobre a Província de Sergipe e Memorial Histórico da Política da Província de Sergipe**. Secretaria de Estado da Cultura. Aracaju, 2004.

WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe (1575 – 1930)**. Rio de Janeiro: Pongett, 1970. P. 161- 194.